



A EUROPA ENTRE O COLAPSO E O RENASCIMENTO

O futuro da Europa é uma equação em aberto, mas a margem para o erro é apertada

1. A continuidade ou as rupturas necessárias

No início deste século, um analista perspicaz e pouco ortodoxo da história europeia contemporânea como era Medeiros Ferreira escrevia, contra a corrente do pensamento dominante de então, que a Europa se parecia com o Império Austro-Húngaro dos começos do século XX, que, como sabemos, viria a desaparecer, em definitivo, com a I Guerra Mundial. Passaram, desde então, mais de duas décadas e que nos diria agora o autor do texto referido? Não sabemos. Mas, há pouco mais de meio ano, fomos sacudidos pelo Relatório "Draghi", de que já aqui falámos no último número deste Boletim, e que, sem antecipar o pior, nos fez um diagnóstico impiedoso sobre o estado da Europa da U.E. no confronto com as grandes economias mundiais (os E.U.A. e a China), e nos veio dizer que é preciso fazer uma mudança profunda nas políticas económicas europeias. Mudança nas regras e na sua governação, mas, também, mudança no modelo económico europeu.

O Relatório foi um acontecimento marcante, não por nos revelar coisas que qualquer observador atento não pudesse conhecer, mas, porque sendo elaborado a pedido da Comissão Europeia (C.E.), rompia com o discurso da «economia de sucesso», de que o modelo alemão era dado como a expressão exemplar, que dominava os textos da Comissão Europeia. Ele diz-nos, com clareza, que os paradigmas que consubstanciavam a política económica da U.E. tinham que ser revistos. Embora, a esse propósito, pouco mais avançasse do que explanando orientações gerais e deixando de fora um conjunto de questões essenciais (desde logo os custos). A verdade é que a partir daí não é mais possível fazer de conta que tudo vai bem e que bastará manter o rumo, considerando que os problemas que vão surgindo são meramente conjunturais e provocados por factores exógenos (foi a crise das dívidas soberanas, foi a COVID, foi, e ainda é, a guerra na Ucrânia) e não estruturais, ou seja, resultantes de uma economia que já não é capaz de acompanhar as mudanças em curso à escala global.

De então para cá, sucederam-se um conjunto de acontecimentos que, ao invés de tornarem obsoleto o Relatório, embora confirmassem os seus limites, evidenciaram alguns aspectos premonitórios do mesmo e que, então, muitos consideraram excessivos. E, é hoje mais claro que estamos a chegar ao fim da linha, ou seja, que estamos confrontados com o final de um ciclo económico que não é mais possível perpetuar. Acontecimentos como a "revolução" operada na política externa dos E.U.A. pela nova administração Trump; como o "acordar" da Europa para a necessidade de priorizar a sua política de defesa; como a pressão para se acelerar o processo de alargamento da U.E. a leste; e, como o agravar da crise nas duas principais economias da moeda única: a alemã (com uma mais forte componente económica) e a francesa (com uma componente política assinalável), tornam impossível continuar a admitir que tudo pode continuar como até agora.

A Europa vive um período em que tem que fazer escolhas e para as fazer precisa dos consensos necessários - porventura os mais difíceis desde a criação da C.E.E. - pois, se sabe que tem de mudar, não sabe bem como, nem com que profundidade, e fazer rupturas, requer políticas corajosas que não são propriamente uma característica dos actuais líderes políticos europeus. A mudança tem sempre dois caminhos possíveis: mudar alguma coisa (em aspectos formais ou colaterais) para que, no essencial, tudo fique na mesma, e é a via da "mudança na continuidade", ou fazer rupturas com o passado e, em especial, com o modelo económico que a U.E. tem vindo a defender. Modelo pleno de aspectos contraditórios, diga-se, nomeadamente quando se quer conjugar a ideia de que a Alemanha é um caso de sucesso (Wolfgang Münchau, no seu recente livro "Kaput", descreve bem o fim do «milagre alemão»)

e ter como objectivo fazer a transição digital, algo precisamente em que este país se deixou ficar de fora. Mas, é, sem dúvida, da gestão e do conteúdo da mudança que depende hoje o futuro da U.E., tendo como destino, seja um **colapso** do projecto europeu, seja um **renascimento**. Ambos são possíveis, mas, este último, exige escolhas difíceis e fracturantes, que têm que ser, simultaneamente, flexíveis para acomodarem diferentes realidades e impactos.

2. Os "velhos" pilares da política da U.E.

A política da U.E. tem vindo a fazer-se com base em cinco grandes pilares. A saber:

- a) Na **política financeira**, e com a criação do euro, na base das "contas certas" e numa política de controle apertado e pouco flexível dos défices orçamentais e com o travão ao excesso de dívida pública, compaginados no PEC;
- b) Na **política de convergência e de coesão**, com políticas redistributivas dos recursos comunitários a favor dos Estados-membros mais atrasados e visando, dessa forma, reduzir as assimetrias e produzir um desenvolvimento mais harmonioso;
- c) Na **política económica**, através da adopção do que o autor alemão que atrás citámos designou por política "neo-mercantilista" (de acordo com o modelo inglês do século XVIII), assente na ideia da "reindustrialização"; de acordo com o modelo saído da II Revolução Industrial, e no objectivo de assegurar continuamente elevados superávits comerciais no comércio de bens, ou seja, uma U.E. feita de «economias exportadoras»;
- d) Na **política externa**, com o apoio dado ao multilateralismo nas trocas comerciais, tirando partido do longo período de «comércio livre» à escala global, que foi orquestrado pela OMC, e no qual não eram, no essencial, aplicados critérios discriminatórios de origem geopolítica, o que abriu caminho a elevados fluxos de capital com países competidores (nomeadamente com a China);
- e) Na **política social**, com a defesa do "modelo social europeu" e com a preservação do «Estado Social», alicerçada em políticas sociais activas e relativamente generosas e num diálogo entre parceiros sociais, de modo a substituir a confrontação pela concertação, sendo que, no caso alemão, deu verdadeiramente lugar a um modelo corporativo com princípios de co-gestão.

Ora, entretanto, o mundo mudou e se a Europa pode fixar um conjunto de objectivos a atingir, manteve o essencial das orientações e regras do seu funcionamento e estes cinco pilares surgem hoje como uma possível barreira à verdadeira mudança, não por aquilo que visam obter, mas porque, em alguns casos, estão desfasados da realidade. É o caso da

política financeira e da política económica, embora os pilares mais vulneráveis possam ser a política de convergência e coesão e a política social. Na verdade, eles são também aqueles em que os avanços foram mais expressivos, aumentando porventura a tentação de lhes afectar menos recursos.

As maiores fragilidades da Europa são hoje sentidas, sem a menor dúvida, em dois planos:

- O da **competitividade**, com uma Europa em perda em praticamente todos os indicadores, perda essa não tanto quando comparamos produtos similares, mas quando analisamos a presença da Europa naquelas que são as actividades do futuro, ou seja, aquelas que estão associadas às tecnologias digitais, ao ciberespaço e às cadeias de valor geoes-tratégicas e que, no essencial, têm maior peso de conhecimento e de componentes imateriais. O problema que se põe aqui é que esta mudança não se faz apenas com base nas empresas existentes, mas com empresas novas e criadas de raiz, com as suas competências centradas nestas novas actividades (recorrendo de novo a W. Münchau: «as empresas alemãs são empresas dos sectores tradicionais a aprender a integrar software, enquanto as empresas americanas são empresas de software a aplicá-lo em equipamentos físicos»).
- O do **peso e força política**, que é medido pela conjugação do poderio económico e militar, condição para se ter capacidade para influenciar decisões à escala global e que a situação de guerra na Ucrânia com a ameaça de retirada do apoio dos E.U.A., veio tornar indissociável e a que acresce uma clara falta de estratégia da Europa no relacionamento externo, nomeadamente com outros Estados para além dos E.U.A., da China e da Rússia de dimensão relevante.

3. Mudar um modelo económico esgotado

Para muitos (mesmo entre economistas) "produção" confunde-se com o que é material. Produzem-se bens. Os serviços não tendo tradução em coisas físicas, não são "produção". Esta visão traduz-se numa completa incapacidade em compreender o funcionamento das modernas economias, vendo os serviços como uma actividade improdutivo e mostrando um desconhecimento sobre os factores determinantes da criação de valor. Podem até continuar a falar muito na "revolução do digital" e na necessidade de as empresas incorporarem as tecnologias associadas à TIC e ao ciberespaço, mas olham para estas como componentes de cadeias de valor centradas em mercadorias, produzindo semi-condutores e baterias eléctricas.

É esta incapacidade em perceber o que realmente representa a "nova economia" associada ao mundo digital, que os faz continuar a defender a "reindus-

trialização", e a necessidade de inverter os excessos da globalização das cadeias de valor, considerando que a perda de controle sobre as fases materiais destas cadeias foi a principal causa da perda da competitividade europeia, que associam à perda da «autonomia estratégica». Ora, o problema da economia europeia não está, no essencial, associado à globalização, nem resulta seguramente da redução do peso no PIB da indústria transformadora. O problema é que a Europa não rompeu o suficiente com os velhos paradigmas da "economia industrial", medindo a economia com base em volumes e em quantidades e não em valor criado.

A competição séria com a China não se fez quando esta se assumiu como a «fábrica de mundo» e as grandes empresas do mundo ocidental, de forma racional, deslocalizaram as produções físicas para as economias asiáticas. Ela dá-se, sim, quando a China começou a competir nas áreas de criação de valor, tendo sabido aproveitar o esforço da inteligência (em I. e D.) americana e europeia em seu proveito, ou seja, produzindo para o mercado, produtos inovadores com uma elevada incorporação de valor de base digital (das aplicações de «software» às plataformas). Os produtos chineses passaram a impor-se, já não pelos custos da produção fabril com reduzidas margens de lucro, mas pela "performance" e inovação aplicada que introduziram. Aliás, foi neste contexto que a U.E. em 2024 impôs uma taxa aos automóveis eléctricos chineses que pode ir até aos 36%.

Mas, a verdade é que o abandono do multilateralismo alimentado pelo discurso da «autonomia estratégica», surge na pior altura para a Europa, contabilizando-se um efeito de retração nas trocas que afecta uma «economia aberta» como é, no essencial, a europeia. Neste ponto, temos dificuldade em acompanhar o Relatório "Draghi" que considera que a nova economia europeia só pode emergir se for invertido o excesso de abertura da Europa e recomenda a adopção de medidas protecionistas, vendo como positivo um recentramento da U.E. no seu próprio mercado interno (que, como já salientámos, com o alargamento da U.E. se fará em direcção ao leste).

O abandono do multilateralismo e a adopção de acordos bilaterais nas relações externas (domínio da competência da U.E.) tornarão o comércio menos fluido e instável, num contexto em que os critérios geopolíticos se intrometem nos critérios económicos, obrigando a escolhas onde a obtenção de consensos dentro da própria U.E. será mais difícil de obter. Se, porventura, se exagerou no "modelo exportador" alicerçado em superavit comerciais, fazer uma inversão abrupta neste domínio, que a partir do conceito de «autonomia estratégica» conduziu a um assumido «enclausuramento estratégico», apostando apenas no seu mercado de consumidores, seria condenar a Europa a afastar-

-se em definitivo dos lugares de liderança mundial. Seria uma Europa a empobrecer e, a prazo, sem condições para preservar o seu «modelo social» e, talvez mesmo manter-se como uma democracia plena. Uma Europa na defensiva e sem capacidade de iniciativa, com uma postura meramente reactiva, é uma Europa a caminho do colapso e do "salve-se quem puder". O exemplo, da posição secundária para que foi relegada no problema ucraniano, não é apenas militar, mas, também, política. Ao ter abdicado, desde o início da invasão, em procurar uma saída negociada, sendo certo que não era de todo realista pensar-se que a guerra podia terminar com a mera capitulação da Rússia, sendo, também, manifesto que o tempo jogava a favor desta e contra a Ucrânia a Europa perdeu espaço de intervenção. Se hoje o processo negocial se afigura bem mais difícil, de acordo com os interesses ucranianos, a Europa não pode ser inocentada de parte das responsabilidades.

Mas, o centro da mudança tem que estar na economia, com ideias claras sobre o que isso representa, mas, também, sem cair na tentação de conceber uma política industrial una e imposta a todos os países da U.E. Os actuais grandes objectivos da política económica, ou seja, as transições climática e digital não são, por si mesmas, suficientes, e a perspectiva da C.E. (defendida no seu documento «Bússola para a Competitividade da Europa») de que as mudanças a operar são, sobretudo, um problema de «intensidade» e não requerem mudanças qualitativas também não nos conduzem pelo caminho desejável. O modelo de governação, os bloqueios burocráticos, normativos ou ligados com uma política de concorrência demasiado restritiva são relevantes, mas, só por si, não resolvem o problema de fundo que explica o atraso europeu e que está relacionado com a sua **base económica**. A Europa deve renovar o seu pensamento estratégico e saber como apoiar as actividades da "nova economia", mas tem que fazê-lo com a noção das diferenças entre países e dos estádios e perfis diferenciados que as respectivas economias apresentam e que irá apresentar no futuro próximo. Políticas mais integradas? Sem dúvida, mas numa lógica de complementaridade e de cooperação em torno de cadeias de valor fragmentadas e de diferentes perfis de especialização. Uniformizar conteúdos e tipologias de investimento, aprofundando no sentido errado, o que têm sido característico dos diversos programas comunitários, seria um erro perigoso.

Curiosamente, a Europa podia aproveitar a seu favor a política errática da nova administração americana que, entre avanços e recuos, vem recuperar o "sonho" europeu da "reindustrialização" e do retorno à fábrica, parecendo querer destruir o que tem sido a base da supremacia económica dos E.U.A. e que se fez, muito para além, dos seus défices comerciais. Este é um bom momento para atrair as "indústrias" do futuro para a Europa, com critérios de exigência,

mas também de abertura, fomentando parcerias estratégicas neste domínio e apostando na criação de «startups» e no reforço da ligação do sistema de ensino e investigação com o mundo empresarial. Aquelas que são ainda importantes mais valias da Europa têm que ser potenciadas, num quadro de abertura e de cooperação e de fomento do empreendedorismo e de uma dinâmica de inovação que se projecte no mercado e na economia real.

4. Que política de defesa?

Mas, foquemo-nos um pouco nas novas orientações para a política de defesa, que ao contrário de outras, como a política comercial, não são da competência da U.E. e sim dos Estados-membros.

São as medidas enunciadas exequíveis? São as mesmas suficientes para termos uma Europa capaz de dispensar a presença americana na Europa? Têm as mesmas alguma noção do tipo de ameaças que a Europa poderá enfrentar e qual o papel reservado a cada país?

Acresce que não é, como a Presidente da C.E. nos tem dito, possível na área da defesa sobrepor despesa com investimento e menos ainda com incremento do esforço exportador. Com a urgência proclamada não é expectável que a indústria europeia possa rapidamente responder às necessidades de armamento pelo que parte da referida despesa irá continuar a ser feita com recurso a fornecedores fora da U.E. e, em especial, aos E.U.A.. Por outro lado, visando esta despesa o rearmamento europeu não estamos a falar de uma actividade exportadora, mas em consumo interno.

O Plano para Rearmar a Europa não é, pois, uma simples continuação do programa da competitividade europeia e não deixará de colocar restrições adicionais à concretização deste. Importa assumi-lo.

"É esta incapacidade em perceber o que realmente representa a "nova economia" associada ao mundo digital, que os faz continuar a defender a "reindustrialização"..."

Por outro lado, a adesão dos diferentes países levanta muitas interrogações pois far-se-á sempre com base em empréstimos (directamente no mercado ou indirectamente por via da C.E.) que terão que ser pagos, não sendo um adquirido que a generalidade dos países esteja disponível - sobretudo, terminada a guerra da Ucrânia - para substituir políticas sociais ou de investimento infraestruturante por armamento e defesa. A cultura europeia do pós-guerra não será facilmente revertida e a generalidade dos especialistas na matéria não considera que o pacote europeu anunciado para quatro anos seja suficiente para assegurar a referida autonomia europeia. Além, de que, importa ainda salientar que uma coisa são despesas nacionais em armamento outra, bem diferente, é termos uma capacidade coordenação e comandos integrados, para respondermos a ameaças globais que venham a colocar-se. Ou seja, a Europa irá reforçar as suas despesas em defesa (talvez, de forma realista, em torno dos 2% a 2.5% do PIB) mas não irá dispensar um sistema de defesa com a presença da NATO e dos EUA e, parece-nos que nem estes apesar das ameaças estão disponíveis para que isso aconteça.

5. Quem vai pagar?

Tudo o que dissemos antes tem, desde logo, uma consequência irrefutável: **custa muito dinheiro e requer recursos financeiros acrescidos**, conjugados com uma reafecção de verbas a nível dos orçamentos europeus.

Uma nova política industrial, visando a criação de «campeões europeus» focados em poderem disputar a liderança mundial, uma muito reforçada (para ter sentido) política de defesa e segurança e o alargamento a leste, envolvendo a futura reconstrução da Ucrânia, são opções que não implicam apenas concordância de princípio com as mesmas, mas que vamos ter que pagar e que têm impacto nas actuais políticas.

Com o anúncio do pacote para Rearmar a Europa, a C.E. já deixou cair as regras do PEC, pilar basilar da sua política económica e que dificilmente poderá voltar ao que era, pois, os seus fundamentos foram reduzidos a quase nada. E, se no passado fomos críticos da rigidez desta política e do modo como a mesma foi sendo aplicada, o caminho do laxismo financeiro é igualmente perigoso e pode conduzir-nos a breve prazo a uma nova crise das dívidas soberanas, agora já não circunscrita aos «despesistas» países do Sul da Europa, mas envolvendo as maiores economias da U.E.

Se os actuais beneficiários líquidos do orçamento comunitário deixarem de o ser, nomeadamente pelo menor peso dos apoios para a coesão, como irão eles reagir, invertendo-se a situação da crise anterior das dívidas soberanas em que os países do

norte da Europa não queriam pagar as dívidas dos do Sul?

Temos pela frente duas vias de financiamento:

- Redefinição de prioridades com redução dos recursos para outras áreas da política europeia (nomeadamente as políticas sociais e de convergência),
- Maior endividamento, o que torna desde logo, as actuais regras do PEC impossíveis de cumprir.

Falámos de custos, logo de orçamentos e despesa, mas convirá não perder de vista que o "Renascer" da Europa requer que se vá ao fundo dos problemas. E este é um caminho em que o Relatório Draghi apenas abriu a porta de entrada, mas não nos conduziu pelos extensos corredores, com múltiplos e difíceis bifurcações, em que temos que fazer opções, que não são meramente escolhas individuais, mas requerem consensos e o remover de obstáculos pesados. O Relatório dá-nos algumas pistas, mas, em muitos casos, não rompe com o que existe. Fala das novas actividades e contrapõe as mesmas às que marcam a especialização europeia actual, mas não desiste destas nem as marginaliza. Como podia? Sente que tem que fazer compromissos e o novo modelo económico que propõe é, sem dúvida, um avanço em relação à postura conservadora da C.E., mas o seu maior erro é continuar refém de uma **visão sectorial das economias** e ao pensar a competitividade a partir do existente, na base de vantagens comparativas fundadas no preço e não no valor acrescentado e, para terminar citamos, mais uma vez, W. Münchau «não é possível manter a liderança económica concentrando-se em actividades económicas com margens de lucro decrescentes», ou seja sem colocar a criação de valor no centro do debate. •

"A Europa deve renovar o seu pensamento estratégico e saber como apoiar as actividades da "nova economia", mas tem que fazê-lo com a noção das diferenças entre países e dos estádios e perfis diferenciados"

OS NÚMEROS

INDICADORES ESTATÍSTICOS NACIONAIS:

Investimento mantém-se em "lume brando". E 2025... o início de uma nova era de hiper-incerteza

A economia portuguesa cresceu em 2024 acima do ritmo de crescimento médio na União Europeia. O PIB em Portugal aumentou 1,9% face a 2023, 0,2 pontos percentuais (p.p.) acima da projeção de dezembro do Banco de Portugal e 0,1 p.p. acima do previsto no OE 2025. O aumento do PIB na União Europeia foi de 1% e na zona Euro de 0,9%.

O quarto trimestre do passado ano foi aquele que registou maior crescimento no PIB português, de +2,8%, impulsionado sobretudo pela procura interna e em particular pelo consumo.

O desempenho da economia portuguesa em 2024 ligeiramente acima do crescimento previsto decorreu do maior contributo da procura interna, face ao esperado, para o crescimento do PIB, de 2,5 p.p. (1,7 p.p. em 2023). A procura externa líquida (exportações líquidas de importações) teve um contributo negativo de -0,6 p.p., resultante de uma ligeira desaceleração no aumento das exportações (para +3,4%, face aos +3,8% em 2023), a par de uma aceleração significativa no aumento das importações (para +4,8%, face aos +1,8% em 2023), embora fosse prevista uma desaceleração nas exportações ainda mais acentuada.

A **aceleração no aumento da procura interna** resultou da **aceleração no aumento do consumo privado** de +1,9% para +3,2%, de 2023 para 2024, e da **ligeira**

aceleração do consumo público de +0,6% para +1,1%. O maior dinamismo do consumo privado, impulsionado pelo aumento do rendimento disponível (que aumentou +10,5% face a +7,5% em 2023) - seja pelo aumento do emprego e das remunerações, seja pelas medidas fiscais em sede de IRS, pela descida da inflação e das taxas de juro - resultou do efeito conjugado entre a **desaceleração do aumento do consumo de bens duradouros** de +7,6% para +1,6% em 2024, com a **aceleração do aumento do consumo de bens não duradouros e serviços** de +1,3% para +3,4%.

É ainda de assinalar que em 2024 aumentou a taxa de poupança realizada pelos portugueses para 12,2%¹ do rendimento disponível, acima dos 8,3%¹ em 2023.

Em sentido contrário ao da evolução do consumo, observou-se com preocupação que **o crescimento do investimento voltou a desacelerar de +2%, em 2023, para +1,7%, tendo ficado claramente abaixo daquelas que eram as expectativas do efeito da execução do PRR sobre o investimento, em 2024.**

O abrandamento na evolução do investimento em 2024 resultou da desaceleração de +3,6% para +2,3% na Formação Bruta de capital fixo (FBCF) e do contributo negativo (de -0,1 p.p.) da Variação das existências.

(Trim)	Despesas de consumo final	Formação bruta de capital	Procura interna	Export. (FOB)	Import. (FOB)	PIB a preços de mercado
Variação face ao período homólogo do ano anterior (%)						
2023 - ANUAL	1,6	2,0	1,7	3,8	1,8	2,6
III	0,9	7,8	2,3	-0,6	0,1	2,0
IV	1,6	2,4	1,7	2,5	1,6	2,1
2024	2,7	1,7	2,5	3,4	4,8	1,9
I	1,4	1,8	1,5	1,5	1,7	1,4
II	2,2	4,0	2,5	3,1	5,4	1,5
III	3,2	1,9	2,9	5,0	7,2	1,9
IV	4,1	0,9	3,1	4,1	4,7	2,8

Fonte: INE, Contas nacionais trimestrais e anuais

¹ INE, Contas Nacionais Trimestrais por setor institucional - dados preliminares

A desaceleração no crescimento da FBCF decorreu da **desaceleração acentuada na FBCF em equipamento de transporte, de +20,4% em 2023 para +6,8%**, acompanhada pela desaceleração na FBCF em Outra Máquinas e Equipamentos, de +5,6% para +3,4%.

A FBCF em Construção praticamente estagnou (a variação homóloga passou de +1,2% para +1,1% em 2024) e apenas a FBCF em Produtos de Propriedade Intelectual acelerou, ainda que moderadamente, de +2,2% para +2,7%.

O contributo negativo da procura externa líquida decorreu de uma **aceleração muito intensa no crescimento das importações de bens de +1,1% para +5,3%**, apenas ligeiramente atenuado pela desaceleração nas importações de serviços de +4,7% para +2,4%, a par de uma **desaceleração significativa nas exportações de serviços de +11,5% para +2,7%**, fortemente compensada pelo crescimento das exportações de bens, de +3,8%, depois de terem diminuído -0,1% em 2023.

Em 2024 voltaram a registar-se ganhos nos termos de troca (de +3,1%), ainda que inferiores aos registados em 2023 (+5,4%), com uma variação negativa no deflator das importações de -2,3%, acompanhada pela variação positiva do deflator das exportações de 0,8% (1,6% em 2023).

Em termos nominais, **o saldo externo de bens e serviços voltou a ser positivo, de 1,9% do PIB**, ainda que abaixo do de 2023 (2,2% do PIB).

As contas públicas terminaram o ano de 2024 superavitárias, com um excedente de 0,7% do PIB (compara com 1,2% do PIB em 2023 e com a previsão para 2024 no OE 2024, de 0,2% do PIB).

A dívida bruta da Administração Pública diminuiu para 94,9% do PIB (compara com 97,7% em 2023, com a previsão para 2024 no OE2024 em outubro de 2024 de 103%, e com a previsão de 95,7%, no Programa de Estabilidade apresentado pelo Governo em abril de 2024).

Em termos sectoriais, na Indústria e energia o Índice de volume de negócios² global diminuiu -0,8% em 2024 (-3,3% em 2023), resultado de desempenhos diferenciados nos vários subsectores. Contou com desempenhos positivos na indústria extrativa (+4,7%) e no sector da Água saneamento e resíduos (+5,2%), e com evoluções negativas da indústria transformadora (-0,4% em 2024, compara com -3,3% em 2023) e no sector da eletricidade (-5,1% em 2024 comparando com -3,8% em 2023).

Nos Serviços (excluindo o comércio), o IVN global cresceu mais intensamente no primeiro semestre que no 2º semestre de 2024 e no conjunto do ano cresceu +4,4% (+9,9% em 2023).

Das atividades de serviços mais dinâmicas no passado ano, salientaram-se: as Atividades imobiliárias (+13,9%), as Atividades de Edição (+10,9%), as Atividades de aluguer (+10,1%), as Atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins e atividades de ensaios (+9,0%), as Atividades de investigação e segurança (+8,6%) e as Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas a par das Atividades de Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas (+7,5%). De entre as menos dinâmicas, destacam-se com decréscimos homólogos no IVN: as atividades de Consultoria e programação informática e atividades relacionadas (-7,7%); as do Transporte por água (-6,3%), as Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (-6,2%), e as Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música (-5,2%).

No Comércio o Índice de volume de negócios (IVN) aumentou +3,9%,³ em 2024 (-0,8% em 2023). No conjunto do Comércio foi a atividade grossista que registou o maior crescimento, com **um acréscimo homólogo no IVN de +4,4% (-6% em 2023)**, a que se seguiu **o comércio automóvel com um crescimento homólogo no IVN de +3,6%** (+15% em 2023) e **o comércio a retalho, com um crescimento de +3,2% (+1,1% em 2023).**

As Atividades do comércio por grosso e a retalho e de reparação automóvel foram as que em 2024 registaram o maior acréscimo no volume de emprego (+25,4 mil pessoas que em 2023).

O sector do Turismo manteve-se muito dinâmico ao longo de todo o ano de 2024, embora menos que em 2023, seja em termos físicos (número de hóspedes e de dormidas nos alojamentos turísticos⁵), seja no que se refere aos proveitos totais e de aposento. O total de dormidas cresceu +4% (+10,7% em 2023) e os proveitos totais e de aposento cresceram +10,9% (+20,0% e +21,4% em 2023, respetivamente).

As dormidas de não residentes mantiveram a sua predominância (70,3% do total) e cresceram +4,8%, enquanto as dormidas de residentes (29,7% do total) aumentaram +2,3%.

É ainda de assinalar que o conjunto das atividades de Alojamento, restauração e similares foram as que, no passado ano, registaram o decréscimo no emprego mais expressivo⁴ (-17,2 mil pessoas que em 2023).

² Resultados ajustados de sazonalidade e efeitos de calendário

³ Resultados deflacionados e ajustados de efeitos de calendário e da sazonalidade

⁴ Segundo os resultados do Inquérito ao Emprego do INE

⁵ Referente aos resultados do INE referentes à Atividade turística que abrange três segmentos de alojamento: hotelaria (hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, pousadas e quintas da Madeira), alojamento local com 10 ou mais camas e turismo no espaço rural/de habitação.

ALGUNS INDICADORES NACIONAIS RELEVANTES

Movimentos na Rede Multibanco



7,1% Acréscimo homólogo
Janeiro 2025

IVN* Comércio a Retalho Alimentar



+6,1% Acréscimo homólogo
Fevereiro 2025

IVN* Comércio a Retalho Não Alimentar



+4,3% Acréscimo homólogo
Fevereiro 2025

IVN* Comércio Por Grosso



+6,3% Acréscimo homólogo
Fevereiro 2025

IVN* Comércio e Reparação Automóvel



+5,8% Acréscimo homólogo
Fevereiro 2025

IVN- Índice de Volume de Negócios

O IVN das atividades do Alojamento desacelerou para +5,3% em 2024 (+19,2% em 2023) e o IVN das atividades da Restauração para +5,6% (+14,7% em 2023).

O sector das Atividades de Transporte e Armazenagem apresentou em 2024 desempenhos diferenciados nos seus subsectores, tendo o respetivo **índice de volume de negócios (IVN) global registado um crescimento homólogo de +4,4%**. O IVN da Armazenagem e atividades auxiliares dos transportes cresceu +6,4%, o IVN dos Transportes terrestres cresceu +5,6%, o IVN dos Transportes Aéreos cresceu +2,4% e o IVN dos transportes por água decresceu -6,3%.

De destacar pela positiva no **Transporte Aéreo**, sucessivos máximos históricos atingidos no passado ano no número médio mensal de passageiros movimentados nos aeroportos nacionais, entretanto com continuidade em 2025.

O movimento de passageiros nos aeroportos nacionais aumentou +4,3% em 2024 (+18,9% em 2023), e o movimento de carga e correio +14,2% (+0,1% em 2023).

No mercado de trabalho, em 2024 o emprego aumentou +1,2%, o número de desempregados manteve-se semelhante ao do ano anterior e o subemprego de trabalhadores a tempo parcial reduziu-se -10,7%.

Os Jovens dos 16 aos 34 anos que não estão empregados, nem em educação ou formação ascenderam em a 201 mil indivíduos (-5,2 mil jovens que em 2023, correspondente a um decréscimo de -2,5%).

O aumento de +1,2% no emprego decorreu do efeito conjugado do aumento de +0,9% no trabalho por conta de outrem, de +3,2% no trabalho por conta própria como isolado, do acréscimo de +2,8% no trabalho por conta própria como empregador e do decréscimo de -1% no trabalho familiar não remunerado.

É ainda o resultado de evoluções distintas no conjunto dos diversos sectores de atividade económica. Os sectores mais dinâmicos, conforme já referido, foram as Atividades de comércio por grosso e a retalho e de reparação automóvel, com um acréscimo de 25,4 mil pessoas, face a 2023 (+3,5%), as Atividades de informação e de comunicação com um aumento de quase 15 mil pessoas (+7,7%), e as Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas, com mais 8,8 mil pessoas que em 2023 (+11,2%).

Os sectores com decréscimos mais significativos foram o Alojamento, restauração e similares com uma quebra de 17,2 mil pessoas (-5,1%), as Indústrias transformadoras com menos 6,6 mil indivíduos (-0,8%), as Atividades de saúde humana e apoio social com uma redução de 6,2 mil pessoas (-1,2%) e a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca com menos 5,4 mil pessoas (-3,6%).

Embora globalmente o número de desempregados em 2024 tenha sido semelhante ao de 2023, aumentou ligeiramente o número de mulheres desempregadas (+0,8%), bem como aumentou o número de desempregados à procura do 1º emprego (+0,9%), a par de ligeira oscilação favorável nos desempregados à procura de novo emprego (-0,1%); o desemprego de curta duração aumentou +1,4%, e diminuiu -2,2% o desemprego de longa duração.

A taxa de desemprego foi de 6,4%, -0,1 p.p. que em 2023, por ter aumentado a população ativa (+1,1%) e a taxa de subutilização do trabalho ascendeu a 11,0%, -0,7 p.p. que em 2023.

Ao nível das remunerações, segundo os resultados do INE referentes aos dados da Segurança Social e da Caixa Geral de aposentações, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador aumentou no passado ano para 1 602 euros (+6,3% que em 2023). A componente regular aumentou para 1 248 euros (+6,4%) e a componente base para 1 213 euros (+6,2%).

O Índice do Custo de Trabalho do INE, em 2024, aumentou 8,2%, a que corresponderam acréscimos de 8,2% nos custos salariais e de 8,1% nos outros custos. O custo médio por trabalhador aumentou 6,4% enquanto o número de horas efetivamente trabalhadas por trabalhador diminuiu 1,6%.

A inflação ao longo de 2024 foi oscilante, ainda que sempre em desaceleração por comparação com a inflação no ano anterior, tendo ascendido a 2,4%.

No contexto de desaceleração da inflação na zona Euro, **no passado ano várias intervenções do BCE determinaram a descida das taxas diretoras (a última em dezembro com a descida de 25 pontos base), assim influenciando a evolução da Euribor⁶ e das taxas de juro, no sentido igualmente descendente. De resto a tendência manteve-se nos primeiros meses de 2025, com as intervenções do BCE de janeiro e de março a reduzirem de novo as taxas diretoras em 25 pontos base, em cada uma delas.**

Em dezembro a Euribor nos vários prazos tinha descido para 2,886% a 3 meses, 2,656% a 6 meses, e para 2,421% a 12 meses e assim continuou a descer nos primeiros meses do ano. No presente mês de abril, na segunda semana do mês, a Euribor a 3, 6 e 12 meses desceu para 2,265%, 2,190% e 2,090%, respetivamente.

A evolução da taxa de juro média para novos empréstimos às empresas portuguesas, ainda que com algumas oscilações e maior lentidão, evidenciou no 2º semestre de 2024 também uma tendência continuamente descendente: os 4,30% registados em dezembro de 2024 ficaram 1,28 p.p. abaixo do registado em janeiro de 2024 (5,58%).

⁶ A Euribor é uma das principais taxas de referência do mercado monetário da Zona Euro. Indica a taxa de juro média dos empréstimos interbancários sem garantia, da Zona Euro.

IVN* Serviços



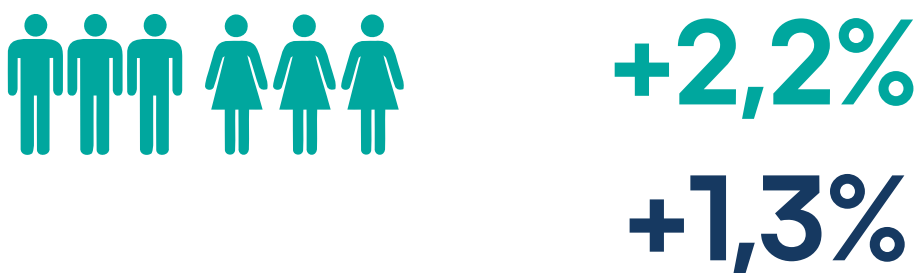
Acréscimo homólogo
Fevereiro 2025

Automóveis passageiros Ligeiros novos – matrículas



Decréscimo homólogo
Fevereiro 2025

Mercado de Trabalho



Acréscimo homólogo total
de empregados
Fevereiro 2025

Acréscimo homólogo total
de desempregados
Fevereiro 2025

IVN- Índice de Volume de Negócios





Nos empréstimos às empresas até 1 milhão de euros a taxa de juro em dezembro foi de 4,39% (5,75% em janeiro de 2023). Enquanto nos empréstimos acima de 1 milhão de euros a taxa em dezembro foi de 4,23% (5,59% em dezembro 2023).

Ainda em tendência descendente desde fevereiro de 2024, a taxa de juro implícita no conjunto dos contratos de crédito para aquisição de habitação, segundo o INE, diminuiu para 4,091% em dezembro, e continuou a diminuir em janeiro e em fevereiro para 3,984% e 3,830% respetivamente.

Para o ano de 2025 as projeções de março último do Banco de Portugal, para a economia portuguesa em 2025, perspetivam um crescimento no PIB de 2,3% (0,1 p.p. acima da projeção de dezembro), mas reveem em baixa a projeção para o crescimento do investimento para 3,9% (era de 5,9% nas projeções de dezembro). É ligeiramente revisto em baixa o crescimento do consumo privado para 2,7% (-0,1 p.p.) bem como o crescimento da procura interna para 2,3% (-0,6 p.p.). O crescimento das exportações foi revisto para 2,7% (-0,5 p.p.) e o das importações para 2,8% (-1,9 p.p.).

Já o crescimento do emprego foi revisto em alta, para 1,3% (+0,5 p.p.), a taxa de desemprego projetada em 6,4% mantém-se inalterada e o IHPC foi revisto em alta para 2,3% (+0,2 p.p.).

Salienta-se que estas projeções foram apresentadas em março e não incorporam ainda os efeitos e a incerteza adicional que o processo disruptivo das negociações dos direitos aduaneiros dos EUA terão, no comércio internacional e, conseqüentemente, no desempenho das várias economias no mundo e em concreto na economia portuguesa.

No que se refere aos indicadores qualitativos mais recentes sobre a evolução da economia nos primeiros meses de 2025, destaca-se que o indicador de confiança dos consumidores do INE aumentou em janeiro e ligeiramente também em fevereiro. Para a evolução em fevereiro foi relevante a evolução passada e também as perspetivas de evolução futura por parte dos consumidores, da situação financeira

dos respetivos agregados familiares. O saldo das suas opiniões acerca das perspetivas de evolução futura dos preços aumentou em fevereiro.

No sentido contrário, o indicador de clima económico do INE diminuiu quer em janeiro quer em fevereiro, interrompendo a tendência positiva que vinha seguindo desde setembro do passado ano. Os indicadores de confiança aumentaram no Comércio, na Indústria transformadora e na Construção e obras públicas, no entanto reduziu-se acentuadamente nos Serviços.

Quanto às perspetivas de evolução dos preços, o saldo das expectativas em fevereiro diminuiu nos empresários do Comércio, dos Serviços e da Construção e Obras Públicas. No caso da Indústria aumentou pelo terceiro mês consecutivo.

A inflação nos primeiros meses do ano manteve-se na trajetória descendente.

Com efeito, a estimativa para a inflação homóloga mensal em março é de 1,9% (ascendeu a 2,4% em fevereiro e a 2,3% em março de 2024) e para a inflação média dos últimos 12 meses, em março, é de 2,4% (foi de 2,5% em fevereiro e de 2,9% em março de 2024).

A variação do IHPC foi estimada em 1,9%. (2,5% em fevereiro)

Em fevereiro a inflação homóloga mensal tinha ascendido a 2,4% (compara com 2,5% em janeiro e com 2,1% em fevereiro de 2024).

A execução das contas públicas em janeiro do corrente ano, de acordo com a informação da Direção Geral do Orçamento, foi favorável.

Não só o saldo global das administrações públicas (AP) foi positivo em 1672,1 milhões de euros, como se traduz por um acréscimo de 461,9 milhões de euros por comparação com o saldo positivo de janeiro de 2024. Esta execução resultou do acréscimo na receita pública, de +11,8%, superior ao aumento da despesa, de +7,3%.

O crescimento da receita das AP decorreu do aumento da receita fiscal (+14,1%) e da receita contributiva (+8%), bem como da receita não fiscal e não contributiva (+11,8%). O aumento da receita fiscal resultou de uma melhor execução da receita do IVA (+36,2%) e, em menos escala, da receita do ISP (+17,9%) e do IRS (+2,1%). Destacou-se igualmente o aumento da receita proveniente das contribuições para a Segurança Social (+8,9%).

Do lado da despesa destacou-se o aumento de +7,4% nas despesas com pessoal, decorrente sobretudo do perfil de pagamento introduzido, com um efeito de acelerador, atribuído a todos os trabalhadores das AP, abrangidos pelos períodos de congelamento das progressões na carreira, bem como das medidas de valorização de carreiras específicas, nomeadamente nos setores da Saúde, Educação, Segurança Interna e Defesa.

A despesa primária registou um aumento de +7,1% e o saldo primário apresentou uma variação homóloga positiva de +489,9 milhões de euros, tendo as-

cendido a um total de 1932 milhões de euros. Apresenta-se em seguida a evolução recente de vários indicadores quantitativos do consumo e do investimento.

i) Na componente do consumo, a maioria dos indicadores sinalizam uma tendência favorável nos primeiros meses de 2025:

- O montante global dos **movimentos realizados na rede multibanco** (levantamentos, pagamentos de serviços e compras, em valor) **depois de alguma recuperação no 2º semestre de 2024 e de registarem no conjunto do ano uma variação homóloga de -0,9%, a variação homóloga no trimestre terminado em janeiro foi de +6,7% e o acréscimo homólogo dos movimentos em janeiro foi de +7,1%.**
- O **índice de volume de negócios (IVN) do comércio a retalho** (deflacionado e ajustado de efeitos de dias úteis e sazonalidade), no trimestre terminado em fevereiro registou uma variação homóloga de +5,2% e a variação homóloga mensal de fevereiro foi de +5%.
- O **crescimento das vendas de gasolina** (em toneladas) dando continuidade à dinâmica dos últimos meses de 2024 (variação homóloga anual de +6%), registou **no trimestre terminado em janeiro do corrente ano um crescimento homólogo de +7,5% e um aumento homólogo mensal em janeiro de +9,6%.**
- No que se refere ao número de **matrículas de automóveis ligeiros (novos)**, depois de um aumento anual em 2024 de +5,1%, **no trimestre terminado em fevereiro último o crescimento homólogo foi de +2,4% e em fevereiro a variação homóloga das matrículas foi negativa, de -5,1%.**

ii) Na componente do investimento os vários indicadores mais recentes indicam um fraco dinamismo:

- **Nos veículos comerciais ligeiros novos, as matrículas** depois de no passado ano registarem um aumento de +13,3%, **no trimestre terminado em fevereiro último, cresceram +7,1%, enquanto a variação homóloga em fevereiro foi de +24,7%.**
- No caso **dos veículos comerciais pesados novos a tendência é negativa: depois das matrículas registarem em 2024 um decréscimo de -8,3%, no trimestre terminado em fevereiro, a seguir a quebras muito acentuadas registadas em**

dezembro e em janeiro de 2025, a redução foi ainda mais acentuada, de -32,4%. No mês de fevereiro o decréscimo homólogo foi menos acentuado: de -1,1%.

- O aumento das **vendas de cimento** no mercado interno mantém-se estável: após **+4,3% em 2024, no trimestre terminado em fevereiro foi de +4,9% e a variação homóloga mensal em fevereiro foi de +4,6%.**
- **A importação de máquinas, partes e acessórios aumentou +1,9% em 2024 e depois do decréscimo de -2,7% no mês de dezembro aumentou apenas 0,4% no trimestre terminado em janeiro. No primeiro mês do corrente ano a variação homóloga foi de +2,7%.**
- **Finalmente a produção de bens de investimento após +2,5% de crescimento em 2024, evoluiu negativamente nos meses mais recentes, com uma variação homóloga negativa no trimestre terminado em fevereiro, de -4,4%, e de -8,7% na variação homóloga mensal em janeiro e de -3,9% em fevereiro.**

No que se refere aos indicadores sectoriais quantitativos nos meses mais recentes, a atividade do Turismo, mesmo atendendo a que nos encontramos nos meses de época baixa, parece evidenciar uma dinâmica inferior à ano anterior. As dormidas⁷ no alojamento turístico, em janeiro, aumentaram +0,8% e em fevereiro registaram um decréscimo homólogo de -2,5% – embora esse decréscimo resulte também do efeito de calendário (com efeito, compara com o mês de fevereiro de 2024, no qual, ao contrário do de 2025, decorreram as férias de Carnaval, além de que teve um dia mais que fevereiro de 2025 – 2024 foi ano bissexto).

No Transporte aéreo, voltou a verificar-se em janeiro de 2025 um máximo histórico no movimento mensal de passageiros nos aeroportos nacionais, tendo-se registado um desembarque médio diário de 65,6 mil passageiros, +6,8% que em janeiro de 2024. No primeiro mês do ano, movimentaram-se nos aeroportos nacionais 4,2 milhões de passageiros e 18,2 mil toneladas de carga e correio, correspondendo a variações de +5,9% e -0,5%, respetivamente, face a janeiro de 2024.

Os resultados mais recentes dos índices de volume de negócios sectoriais revelam alguma recuperação na Indústria e energia e um maior dinamismo no Comércio e nos Serviços.

O Índice de volume de negócios da Indústria Total (IVNEI) do INE, depois de aumentar apenas +0,8% no último trimestre do passado ano, registou uma variação homóloga no trimestre terminado em fevereiro de +1,6% (compara com um decréscimo de -3,1% no trimestre homólogo de 2023).

⁷ Referente aos resultados do INE sobre a Atividade turística que abrange três segmentos de alojamento: hotelaria (hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, pousadas e quintas da Madeira), alojamento local com 10 ou mais camas e turismo no espaço rural/de habitação.

No Comércio entre dezembro do passado ano e fevereiro do corrente ano as dinâmicas têm sido oscilantes e distintas consoante o subsector de comércio. No trimestre terminado em fevereiro a variação homóloga do IVN foi de +3,2% no comércio automóvel (+6,7% no 4º trimestre de 2024), de +6% no comércio por grosso (coincidente com a do 4º trimestre de 2024) e de +5,2% no comércio retalhista (+5,5% no 4º trimestre de 2024). No seu conjunto o Comércio cresceu +5,3% no trimestre terminado em fevereiro (compara com +5,9% no 4ºT2024).

Nos dois primeiros meses do ano o crescimento homólogo mensal do IVN no comércio a retalho alimentar manteve o dinamismo dos últimos meses do ano anterior, embora no retalho alimentar em estabelecimentos especializados tenha desacelerado consideravelmente em fevereiro, para +2,3% (compara com +5,2% em janeiro e com +3% em dezembro de 2024). No comércio a retalho não alimentar, quer no retalho não especializado, quer no conjunto do retalho não alimentar especializado, mantiveram-se dinâmicas semelhantes às dos últimos meses do ano anterior. Com a exceção do retalho de combustíveis que registou decréscimos no respetivo IVN, e do retalho especializado de Têxteis, vestuário, calçado e artigos de couro cujo IVN desacelerou para apenas +1,6% em fevereiro (compara com +5,7% em janeiro e com +9,9% em dezembro), talvez refletindo algum efeito base, já que este ano o Carnaval foi em março e no passado ano foi em fevereiro.

Depois de um crescimento de **+4,4%** no **respetivo IVN global, no passado ano, nos primeiros dois meses de 2025, os Serviços** (excluindo o comércio), **mantiveram-se bastante dinâmicos**, com uma variação homóloga mensal no IVN de +7,1% e +4,4% em janeiro e fevereiro, respetivamente.

Destacam-se nos dois primeiros meses do ano entre as atividades de serviços mais dinâmicas: as Atividades imobiliárias (variação homóloga no trimestre terminado em fevereiro de +26,5%), as Atividades de aluguer (+9,4%), de Alojamento (+8,8%), as de Armazenagem e atividades auxiliares dos transportes (+8,0%), e as de Rádio e televisão (+7,6%).

De entre os serviços menos dinâmicos, destacam-se com decréscimos homólogos no IVN, no trimestre terminado em fevereiro: as atividades do Transporte por água (-12,6%), as Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (-12,3%), as Atividades dos serviços de informação (-8,5%), e as Atividades de Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião (-6,1%).

A evolução dos vários indicadores do Inquérito ao emprego, e os resultados mais recentes dos inquéritos de curto prazo aos empresários sobre as

perspetivas de emprego nos 3 meses seguintes⁸, e os índices de emprego sectoriais, indiciam a manutenção de um crescimento moderado no emprego com evoluções sectoriais distintas e algumas pressões recentes sobre o desemprego.

No mercado de trabalho, segundo o Inquérito ao Emprego do INE, depois de no 4º trimestre de 2024 se ter observado no emprego um acréscimo homólogo de +1,3%, a par do número de desempregados ter aumentado para 368,3 mil pessoas (+2,3% que no 4ºT2023), nos primeiros **dois meses do corrente ano, o emprego cresceu +2% em janeiro e +2,2% em fevereiro, tendo registado o seu valor mais elevado desde fevereiro de 1998 (ascendendo a 5 163,5 mil empregados). Em simultâneo o número de desempregados registou um acréscimo homólogo de +0,6% em janeiro e de +1,3% em fevereiro, ascendendo a 374 mil indivíduos, a que correspondeu uma taxa de desemprego de 6,7% e 6,8%, respetivamente (6,6% em dezembro 2024). E a taxa de subutilização do trabalho manteve-se em janeiro igual à de dezembro, em 10,8%, e passou para 10,9% em fevereiro (-0,4 p.p. que em fevereiro de 2024).**

Segundo os inquéritos de curto prazo aos empresários (valores ajustados de efeito de calendário), a variação dos índices de emprego em fevereiro traduz na maioria dos casos ou crescimentos inferiores aos que ocorriam há um ano atrás, ou relatam já decréscimos homólogos.

No comércio a retalho, a variação homóloga mensal do índice de emprego em fevereiro de 2025 desacelerou para +1,4% (-0,1 p.p. que em janeiro, -0,2 p.p. que em dezembro de 2024 e compara com +2,9% em fevereiro de 2024), **manteve-se em +0,9% no comércio por grosso** (igual à de janeiro e à de dezembro de 2024 e compara com +1,8% em fevereiro de 2024), **e foi de +3,6% no comércio automóvel** (igual à de janeiro e -0,1 p.p. que em dezembro de 2024 e compara com +3,5% em fevereiro de 2024).

Nos Serviços a variação homóloga do índice de emprego em fevereiro desacelerou para 3,4% (+4% em janeiro 2025 e dezembro de 2024 e -2,1 p.p. que em fevereiro de 2024); enquanto na Indústria e energia a variação foi já negativa de -0,6% (compara com -0,5% em janeiro e com +0,3% em fevereiro de 2024).

No que se refere às remunerações, segundo os resultados mais recentes do INE a partir dos dados da Segurança Social e da Caixa Geral de aposentações, no 4º trimestre de 2024, a variação homóloga da remuneração bruta total mensal por trabalhador, de 1777 euros, foi de +5,9% (+6,4% no 3ºT2024 e +6,2% no 4º trimestre de 2023).

A componente regular e a componente base da remuneração aumentaram 6,5% e 6,1%, situando-se em 1 301 Euros e 1 218 Euros, respetivamente. Em ter-

⁸ O resultado dos inquéritos qualitativos de curto prazo, de setembro, aos empresários, sobre as perspetivas de emprego nos 3 meses seguintes, foi favorável na Indústria Transformadora, na Construção e nos Serviços e desfavorável no Comércio.

mos reais (tendo por referência a variação do Índice de Preços do Consumidor) a remuneração bruta total mensal média aumentou 3,2% e as suas componentes regular e base aumentaram 3,8% e 3,4%. É ainda de referir que o número de beneficiários da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações, aumentou 2,5%, face ao 4º T2023, passando a abranger 4,8 milhões de postos de trabalho. Em dezembro de 2024, por comparação com dezembro de 2023, a remuneração bruta total mensal média aumentou segundo todas as dimensões de análise (atividade económica, dimensão de empresa, sector institucional, intensidade tecnológica e intensidade de conhecimento). Os maiores aumentos registaram-se nas "Atividades de saúde humana e apoio social" (+13,2%), nas empresas de 1 a 4 trabalhadores (+7,0%), no sector público (+7,8%) e nas empresas de "Baixa tecnologia industrial" (+6,8%).

Já as variações dos Índices de remunerações sectoriais, de curto prazo, do INE, referentes a fevereiro, indiciam a continuidade na tendência de crescimento, mas em desaceleração: de +4,0% na Indústria (+5,6% em janeiro de 2025), de +5,7% no Comércio (+6,3% em janeiro e +6,0% em dezembro) e de +8,1% nos Serviços (+9,6% em janeiro e +9% em dezembro).

O índice de Custo Trabalho (ICT) do INE, no 4º trimestre de 2024, registou um acréscimo homólogo de +9,6% (compara com +8,7% no 3º trimestre). Os custos salariais (por hora efetivamente trabalhada) aumentaram +9,6% e os outros custos aumentaram +9,5% (também por hora efetivamente trabalhada). O ICT registou aumentos homólogos de +9,9% na Indústria, +13,4% na Construção e +9% nos Serviços.

Segundo o INE, o crescimento homólogo do ICT no 4º trimestre resultou do acréscimo de +6% no custo médio por trabalhador e do decréscimo de -3,3% no número de horas efetivamente trabalhadas por trabalhador.

O acréscimo no custo médio por trabalhador ocorreu em todas as atividades económicas, com as maiores variações a ocorrerem na Administração Pública (+6,9%), na Construção (+6,5%), seguida da indústria (+6,3%), e a menor a ocorrer nos Serviços (+5,1%).

No quarto trimestre de 2024, o número de horas efetivamente trabalhadas por trabalhador voltou a diminuir em todas as atividades económicas, inclusive na Administração Pública, onde se reduziu em -2,5%. O maior decréscimo ocorreu na Construção (-6,0%), seguido do dos Serviços (-3,5%) e do da indústria (-3,3%).

No que se refere à inflação, depois de alguma aceleração nos últimos 3 meses do passado ano na variação homóloga mensal do IPC que em dezembro foi de 3,0%, nos primeiros três meses de 2025 voltou a desacelerar e foi de 1,9% em março último. A inflação anualizada foi em março de 2,4% (compara com

2,5% em fevereiro e com 2,9% em março de 2024).

A inflação anualizada (dos últimos 12 meses) depois de interrompida em outubro do passado ano, a trajetória descendente que prosseguia desde abril de 2023, chegou aos 2,5% no mês de fevereiro (ainda que inferior aos 3,3% em fevereiro de 2024), e desceu para 2,4% em março último.

A variação homóloga mensal do índice de preços dos produtos energéticos foi negativa entre agosto e outubro e voltou a ser positiva entre novembro e março de 2025, já a desacelerar nos meses de janeiro, fevereiro e março, passando para 2,4%, 1,5% e 0,1% respetivamente (compara com 0,2%, 4,3% e 4,8%, em janeiro, fevereiro e março de 2024).

A variação homóloga mensal do índice de preços dos produtos alimentares não transformados atingiu a sua variação máxima em dezembro, de 3,4%, e ascendeu a 2,8% em março de 2025 (compara com -0,5% em março de 2024).

A inflação subjacente (excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) foi de 1,9% (variação homóloga mensal) em março (compara com 2,5% em março de 2024 e com o máximo de 2,8%, que atingiu em dezembro).

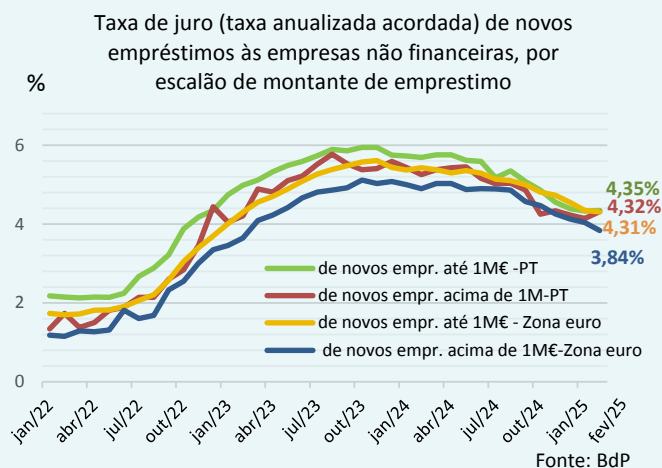
Destaca-se a classe de bens com contribuição negativa mais relevante para a variação homóloga do IPC em fevereiro: a do vestuário e calçado. Já as que tiveram maiores contribuições positivas, salientam-se as classes dos Restaurantes e hotéis, a dos Bens alimentares e bebidas não alcoólicas, e a da Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis.

A variação homóloga mensal do índice harmonizado de preços no consumidor em março foi de 1,9% (2,5% no mês anterior), 0,3 p.p. abaixo da variação estimada no IHPC da área do Euro (em fevereiro ficara 0,1 p.p. acima da estimativa para a área do Euro).

A variação anualizada (dos últimos 12 meses) do IHPC foi de 2,6% (2,7% em fevereiro de 2025).

No que se refere à evolução recente das taxas de juro, de acordo com os dados do Banco de Portugal, a taxa de juro média para novos empréstimos às empresas portuguesas no corrente ano subiu para 4,33% em fevereiro (tinha descido de 4,30% em dezembro para 4,24% em janeiro e era de 5,52% em fevereiro de 2024), tendo diminuído para 4,35% nos empréstimos até 1 milhão de euros e para 4,32% nos empréstimos acima de 1 milhão de euros, situando-se acima das taxas de financiamento da Zona euro (4,31% e 3,84% respetivamente).

Nos empréstimos até 1 milhão de euros a taxa de juro em dezembro foi de 4,39%, desceu para 4,33 em janeiro 2025 e subiu para 4,35 em fevereiro (5,69% em fevereiro de 2024). Enquanto nos empréstimos acima de 1 milhão de euros a taxa em dezembro foi de 4,23%, desceu para 4,14% em janeiro e subiu para 4,32% em fevereiro (face à taxa de 5,26% em fevereiro 2024).

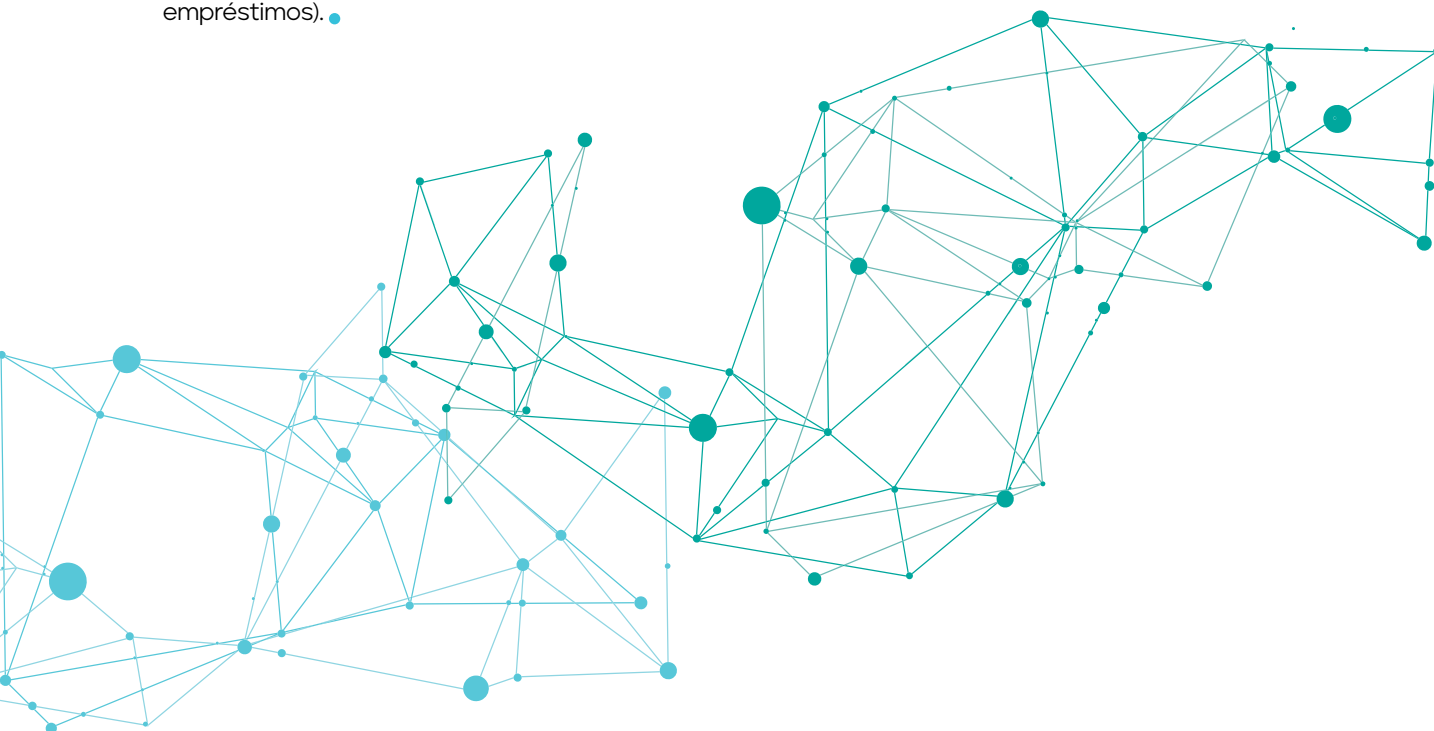


Ainda em tendência descendente desde fevereiro de 2024, a taxa de juro implícita no conjunto dos contratos de crédito para aquisição de habitação, segundo o INE, diminuiu para 4,091% em dezembro, e continuou a diminuir em janeiro e em fevereiro para 3,984% e 3,830% respetivamente.

Em fevereiro, as novas operações de empréstimos até 1 milhão de euros atingiram 1089 milhões de euros, mais 30 milhões do que em janeiro.

Já as novas operações de empréstimos acima de 1 milhão de euros aumentaram 112 milhões de euros, para um total de 1060 milhões de euros, também em fevereiro.

Os novos contratos corresponderam a 1889 milhões de euros, quase 88% do montante total das novas operações de empréstimos às empresas (2149 milhões de euros); enquanto as renegociações totalizaram 260 milhões de euros (12,1% do total das novas operações de empréstimos).



AS POLÍTICAS



O COMÉRCIO E OS SERVIÇOS NOS PROGRAMAS ELEITORAIS DA AD – COLIGAÇÃO PSD/CDS E DO PARTIDO SOCIALISTA

Os programas não realçam suficientemente o peso e o contributo dos sectores do Comércio e dos Serviços para a economia.

Conhecidos que são os programas eleitorais dos dois principais partidos políticos, justifica-se uma análise à forma como abordam os sectores do comércio e serviços, no contexto dos programas económicos apresentados.

Refira-se, antes de mais, que quer o programa eleitoral da AD- Coligação PSD/CDS, quer o do Partido Socialista dedicam especial atenção à economia, colocando a AD o enfoque em "Reformar a Economia para pôr Portugal no Pelotão da Frente" e o PS apresenta como a sua 1ª Missão (num total de 5) "Uma economia em transformação assente em contas equilibradas".

Embora com propostas distintas, ambos os Programas abordam, no contexto da governação económica, temas vários como a fiscalidade, a digitalização, o trabalho, a formação, os salários, em paralelo com uma abordagem a alguns sectores da economia, incluindo os sectores do comércio e dos serviços.

1. O programa eleitoral da AD- Coligação PSD/CDS é relativamente fácil de analisar, já que dedica uns escassos parágrafos aos nossos sectores.

Com efeito, depois de definir como objectivos:

- "Incrementar o valor das exportações associadas ao Turismo, Comércio e Serviços;
- Incrementar o salário médio do setor Serviços, Comércio e Turismo, pelo aumento de produtividade e maior valor acrescentado;
- Reduzir a precariedade e a economia informal."

Apona, as seguintes políticas, visando os objectivos definidos.

COMÉRCIO e SERVIÇOS

- Ativar políticas de promoção de imigração qualificada e orientada;
- Valorizar o ensino e formação contínua;
- Apoiar a internacionalização dos sectores do Comércio e Serviços através das redes de delegações da AICEP em conjunto com a Rede das Câmaras de Comércio e os elementos do Conselho da Diáspora;
- Promover o investimento na criação e promoção das marcas portuguesas como fator de criação de maior mais-valia nos produtos e serviços nacionais;
- Potenciar o próximo ciclo de fundos comunitários ao dispor do País para que, no setor do comércio e dos serviços, sejam criados sistemas de incentivo que concorram para os objetivos de modernização das empresas do sector, melhorando a sua eficiência e, aumentando a sua produtividade.

Talvez o mais relevante na análise do programa eleitoral da AD, seja o facto de o Comércio e Serviços aparecerem associados ao Turismo, num ponto com o título "Turismo, Comércio e Serviços", porventura, premonitório de uma futura orgânica governamental, caso a AD veja a constituir Governo.

A AD aborda ainda o tema dos Serviços, referenciando, no ponto "Uma indústria orientada para o exterior", os "serviços de suporte" á indústria, o que revela uma abordagem redutora deste sector. Há também uma breve referência, no capítulo dedicado ao turismo, comércio e serviços, aos serviços de *nearshore* em que se refere "No que concerne concretamente aos Serviços, a crescente local-

zação de recursos e estruturas de multinacionais (nearshore), no País, impõe políticas de habitação, de acesso a cuidados de saúde, e de educação e formação compatíveis."

Constata-se assim que o Programa da Coligação não só peca por escasso, como passa ao lado de um conjunto de problemas com que se defrontam as nossas empresas, desde a necessidade de resposta ao conjunto de transições em curso, aos problemas de financiamento, ao déficit de qualificações dos nossos empresários e, essencialmente, à necessidade de uma abordagem territorial aos sectores de comércio e de muitos serviços.



2. No Programa Eleitoral do Partido Socialista, a par de um capítulo específico "Um comércio mais forte e inovador", existem várias outras referências ao comércio e serviços de proximidade, que destacaremos mais à frente.

Quanto ao capítulo específico, o Partido Socialista parte da afirmação de que o Governo da AD não concretizou a designada "Agenda para a Competitividade do Comércio e Serviços 2030", e, nesse contexto, retoma parte das medidas constantes da referida Agenda.

UM COMÉRCIO MAIS FORTE E INOVADOR

- Melhorar e simplificar o enquadramento legislativo e a redução dos custos de contexto para as empresas de comércio, no âmbito do Regime Jurídico de Acesso e Exercício a Atividades de Comércio, Serviços e Restauração e de outros regimes especiais;
- Acompanhar as "Aceleradoras de Comércio Digital" previstas no PRR, avaliando a maturidade digital de micro, pequenas e médias empresas e promovendo a sua capacitação e presença digital;
- Dar continuidade ao projeto "Bairros Comerciais Digitais" previsto no PRR, valorizando o 'comércio de rua' e de proximidade, promovendo a inovação com recurso a tecnologias digitais;
- Apoiar ações de formação, adequando as competências dos profissionais do comércio às necessidades da economia e da transição verde e digital, consagrando um "Pacto para a Capacitação dos Operadores Económicos";
- Incentivar projetos de criação de emprego e diversificação das economias locais, através do programa "+Emprego e empreendedorismo no Comércio e Serviços";
- Dinamizar novos sistemas de incentivos para apoio à inovação organizacional, logística e transformação digital do comércio, bem como ao desenvolvimento de novos modelos de negócio e de projetos inovadores associados à economia circular;
- Desenvolver instrumentos de informação e apoio aos empresários do comércio e serviços, prosseguindo a conceção do "Mapa do Comércio, Serviços e Restauração" como base de dados georreferenciada dos estabelecimentos do setor em território continental.

Das medidas da Agenda que são identificadas, de facto, e tanto quanto se conhece neste momento, apenas o "Mapa do Comércio, Serviços e Restauração", está concretizado, pelo que se mantêm válidas as restantes medidas, esperando que o PS, caso venha a constituir Governo, concretize, de facto, esta Agenda.

Como já salientámos, o comércio é referenciado em outros pontos do programa eleitoral do PS, desde logo, também no ponto dedicado ao Turismo, com a seguinte proposta "Promover um turismo sustentável, abrangendo a preservação e valorização do património histórico-cultural, as áreas protegidas e orla costeira, bem como a salvaguarda da identidade e autenticidade dos lugares, promovendo a regeneração urbana, a valorização do comércio local e a melhoria da qualidade de vida dos residentes". Trata-se de uma preocupação, que sendo correcta, já encontramos noutros programas eleitorais, sem que se traduzissem em políticas públicas concretas, nomeadamente ao nível dos instrumentos financeiros de origem comunitária.

Também, na designada 3.ª MISSÃO: "Um território inteiro e uma transição climática justa", encontramos referências às actividades de comércio e serviços ao nível das políticas do território. Refira-se, a título de exemplo, as propostas sobre Apoiar os municípios que queiram criar "Cidades de 15 minutos", onde todas as valências se encontrem a curta distância da residência" e "Prosseguir um programa de regeneração de áreas de privação múltipla, compreendendo reabilitação urbana, capacitação das comunidades locais, reforço dos equipamentos coletivos, maior acessibilidade a serviços públicos, reforço de acessibilidades e de serviços de transportes coletivos, apoio ao comércio local, combate ao insucesso ou abandono escolar, prevenção de insegurança (...).

Tendo uma abordagem mais abrangente do que o programa eleitoral da AD, ainda assim o programa do Partido Socialista é igualmente omissivo em áreas importantes, como a necessidade de capitalização destas empresas, corrigir os desequilíbrios existentes no acesso aos fundos estruturais, a necessidade de formação dos empresários a que já nos referimos, que possam contribuir para o fortalecimento destes sectores. ●

AS POLÍTICAS



PACOTE OMNIBUS

Entre ambições ambientais e realidades empresariais, as novas regras levantam dúvidas, desafios e urgência de uma verdadeira harmonização.

Um quadro regulatório europeu que equilibre, simultaneamente, competitividade e sustentabilidade tem sido, sem sombra para dúvidas, um dos principais desafios legislativos a nível comunitário. A efetiva redução e simplificação dos encargos burocráticos e custos de conformidade para as empresas foi um dos "alertas" dados por Mario Draghi no seu Relatório sobre o Futuro da Competitividade Europeia¹. Este apelo foi, posteriormente, reforçado na Declaração de Budapeste sobre o Novo Pacto para a Competitividade Europeia, na qual os dirigentes europeus se comprometeram a lançar "uma revolução em termos de simplificação, assegurar um quadro regulamentar claro, simples e inteligente para as empresas e reduzir drasticamente os encargos administrativos, regulamentares e de comunicação de informações, em especial para as PME"².

¹ Disponível aqui https://commission.europa.eu/topics/eu-competitiveness/draghi-report_en#paragraph_47059.

² <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2024/11/08/the-budapest-declaration/>.

Como resposta direta aos desafios lançados, a Comissão Europeia apresentou, a 26 de fevereiro de 2025, um pacote de propostas que visa simplificar as regras da UE em matéria de sustentabilidade e impulsionar a competitividade. Nesse sentido, o Omnibus I e o Omnibus II abrangem várias matérias e domínios legislativos e incluem: uma proposta de Diretiva que altera a Diretiva sobre Relato de Sustentabilidade Corporativa (CSRD) e a Diretiva de Dever de Diligência (CS3D); uma proposta que adia a aplicação de todos os requisitos de apresentação de relatórios previstos na CSRD para as empresas que devem apresentá-los em 2026 e 2027 e que adia o prazo de transposição para o Estados-Membros e a primeira vaga de aplicação da CS3D por um ano (ou seja, 2028);³ uma proposta de Regulamento que alteraria os Atos Delegados da Taxonomia sujeito a consulta pública; uma proposta de Regulamento que altera o Regulamento relativo aos mecanismos de Ajustamento das Emissões de Carbono nas fronteiras; e, por fim, uma proposta de Regulamento que altera o Regulamento InvestEU.

O presente artigo centrar-se-á no Omnibus I, mais precisamente nos impactos que uma revisão num contexto legislativo já complexo comportará no tecido empresarial.

Para fazer face aos objetivos lançados, destacamos, em primeiro lugar, as medidas que se prendem com as PME, em particular em matéria de comunicação de informações de sustentabilidade. Com efeito, cedo se alertou para os efeitos colaterais que as PME, inseridas nas cadeias de valor, teriam de enfrentar para responder às exigências impostas tanto pela Diretiva sobre o Relato de Sustentabilidade (CSRD), como pela Diretiva relativa ao Dever de Diligência em Matéria de Sustentabilidade (CSDDD). Assim sendo, o Omnibus I reduz substancialmente o âmbito de aplicação daquelas comunicações, aplicando-se apenas a grandes empresas com mais de 1000 trabalhadores e um volume de negócios superior a 50 milhões de euros ou um balanço total superior a 25 milhões de euros - excluindo da obrigação de reporte cerca de 80% das empresas anteriormente abrangidas.

Por sua vez, para as entidades ainda sujeitas à Diretiva CSRD a Comissão pretende rever e simplificar as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS) através de ato delegado - excluindo-se a possibilidade de normas setoriais, mas mantendo a avaliação de dupla materialidade⁴ - e desenvolver

e publicar normas que podem ser voluntariamente adotadas por qualquer empresa. Já as empresas com mais de 1000 trabalhadores e um volume de negócios inferior a 450 milhões de euros poderão optar por um regime mais flexível em matéria de Taxonomia, bem como a possibilidade de reporte parcial.

Por fim, cabe mencionar a flexibilização dos requisitos da Diretiva CSDDD que beneficiam grandes empresas e restantes entidades da cadeia de valor, incluindo as PME e as empresas de média capitalização. Ademais, estabelece-se, como regra geral, a limitação da extensão do dever de diligência ao chamado "tier 1" (parceiro comercial direto) e da quantidade de informações que podem ser solicitadas no âmbito do mapeamento da cadeia de valor pelas grandes empresas às PME e EMC - protegendo-as, à partida, do efeito cascata ou "trickle down effect".

A Comissão argui que a simplificação das obrigações de diligência reduzirá custos e encargos administrativos no valor de cerca de 6,3 mil milhões de euros, aliando-se uma capacidade adicional de investimento público e privado de 50 mil milhões de euros para apoiar prioridades estratégicas⁵.

Ora, a Comissão Europeia esforça-se por clarificar algumas das questões suscitadas com as Diretivas em questão, mas outras cedo se levantam.

De facto, a proposta Omnibus peca na sua finalidade harmonizadora que apenas vinga ao nível do universo subjetivo de ambos os instrumentos, isto é, aplicam-se, agora, apenas a grandes empresas. Na prática, o pacote mantém conceitos diferentes como "cadeia de valor" na Diretiva CSRD e "cadeia de atividade" na Diretiva CS3D, sendo que, nesta última, se limita, salvo exceções, ao "tier 1". Por conseguinte, existirão empresas com obrigações de reporte sobre a mesma matéria, mas com base em regimes cujo âmbito de aplicação não é convergente. Alerta-se, portanto, para a importância de um conjunto harmonizado e claro de normas que não só favoreça o cumprimento das obrigações pelas empresas abrangidas, como permita acautelar interpretações díspares e exigências distintas entre Estados-Membros. A preocupação acabada de elencar estende-se, ainda, à articulação entre as regras gerais da Diretiva CS3D e as regras específicas do dever de diligência, como o Regulamento sobre Desflorestação (Regulamento UE 2023/1115) ou o Regulamento sobre Trabalho Forçado (Regulamento UE 2024/3015), cujo dever de diligência excede o "tier 1".

⁴ A dupla materialidade, cristalizada pela Diretiva CSRD, implica o reporte, por um lado, da materialidade do impacto e, por outro, a materialidade financeira.

⁵ https://portugal.representation.ec.europa.eu/news/comissao-simplifica-regras-em-materia-de-sustentabilidade-e-de-investimento-na-ue-disponibilizando-2025-02-27_pt.

A nível nacional cumpre relembrar que as disposições do Código das Sociedades Comerciais reportam à transposição da Diretiva de Divulgação de Informações Não Financeiras (NFRD)⁶ pelo que se prevê a sua revisão de forma a refletir os novos critérios estabelecidos pela Diretiva CSRD (menos abrangentes do que aqueles previstos no Código português).

Acima de tudo, cabe frisar os riscos da incerteza legal e do vazio regulatório para as empresas. Se é certo que a aprovação da Diretiva Stop-the-Clock permite-lhes um compasso temporal de adaptação e preparação mais robusto, também coloca constrangimentos àqueles que já investiram os recursos necessários ao cumprimento das obrigações legais. É igualmente essencial que a Comissão Europeia assegure, por um lado, a revisão célere, mas coesa das disposições legais e a publicação dos standards voluntários; e, por outro, a publicação de informação útil e intuitiva para as entidades abrangidas.

Com efeito, a sustentabilidade pode representar uma oportunidade estratégica e, inclusive, uma vantagem competitiva para as empresas, mas acarreta desafios e transformações significativas, dependendo, assim, de um quadro legal claro e, reforce-se, estável. Esperemos que o futuro diálogo entre legisladores europeus o permita concretizar. ●



⁶ [Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho](#) que estabelece a divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por grandes empresas e grupos, transpondo a Diretiva 2014/95/EU.

AS POLÍTICAS



A "UNIÃO DAS COMPETÊNCIAS"

Dotar os cidadãos europeus das competências necessárias a uma economia europeia moderna

A 5 de Março, a Comissão Europeia adotou "**A União das Competências**", uma iniciativa que visa munir os cidadãos europeus com as competências necessárias à sua atual realidade.

Sabemos bem que a Europa enfrenta uma crise de competências que ameaça a sua competitividade, inovação e capacidade de adaptação aos desafios mundiais. Esta é uma preocupação que a CCP tem, aliás, veiculado em diversas sedes e por diferentes canais, inclusivamente junto da própria Comissão Europeia (CE), nomeadamente no âmbito das missões organizadas por esta instituição a Portugal no domínio do acompanhamento do processo do Semestre Europeu e, em 2024, quando lançou o seu Plano de combate à escassez de competências e de mão-de-obra na Europa.

A CE reconhece que a escassez e as lacunas de competências são generalizadas — quase quatro em cada cinco PME têm dificuldade em encontrar trabalhadores com as competências adequadas, em especial em tecnologias revolucionárias como a IA e a computação quântica — e que é provável que a escassez aumente com a diminuição prevista da população em idade ativa, a qual deverá passar de 265 milhões em 2022 para 258 milhões até 2030.

Refere que os sistemas educativos não estão a acompanhar a evolução tecnológica, com quase metade dos jovens a carecer de competências digitais básicas e o desempenho em matemática, leitura e ciências a baixar. Entretanto, apenas 40 % dos adultos participam em ações de educa-

ção ou formação, valor que fica muito aquém da meta de 60 %, e quase metade carece de competências digitais básicas, apesar de 90 % dos empregos as exigirem.

Os desequilíbrios entre homens e mulheres nas CTEM, a falta de atratividade e a fragmentação da governação agravam ainda mais a questão.

Sem medidas urgentes, a escassez de mão de obra em setores de elevada procura acentuar-se-á, restringindo o crescimento económico da Europa, a competitividade mundial, os esforços de descarbonização e a resiliência em tempos de crise.

Mas como irá a **estratégia** contribuir para dar resposta a estas questões?

A União das Competências centra-se em **quatro vertentes** destinadas a garantir que todos os cidadãos da Europa dispõem dos meios para construir bases sólidas em matéria de competências e participar em ações de melhoria de competências e requalificação ao longo da vida:

- Desenvolver competências para uma vida e um emprego de qualidade graças a uma sólida base educativa;
- Melhorar as competências e requalificar uma mão de obra ágil no contexto da transição digital e ecológica;
- Garantir a circulação de competências em toda a UE em prol da competitividade;
- Atrair, desenvolver e reter talentos para assegurar o futuro da Europa.

Ao longo dos próximos anos, a Comissão pretende lançar uma série de ações no âmbito de cada uma das quatro vertentes para concretizar a União das Competências, em estreita colaboração com os cidadãos, as empresas e os prestadores de ensino e formação.

Coloca-se, obviamente, a questão do **financiamento** destas ações.

A educação e as competências são um investimento muito rentável. O atual orçamento da UE afeta verbas superiores a 150 mil milhões de euros à educação e às competências, nomeadamente através de programas como o FSE+, o MRR, o FEDER, o Erasmus+ e o InvestEU.

Esta é apenas uma parte da questão. É **fundamental mobilizar iniciativas e financiamento para além dos fundos da UE, tanto no setor público como no privado**. Para o efeito, a União das Competências avança com ações para:

- Impulsionar o investimento do setor privado na formação, na melhoria de competências e na requalificação;
- Ajudar os Estados-Membros a utilizar adequadamente as possibilidades de financiamento da UE e as parcerias com o Grupo do Banco Europeu de Investimento (BEI) e outros bancos de fomento multilaterais ou nacionais.

Importará, também, **melhorar-se a oferta das competências básicas necessárias para uma base educativa sólida**.

Para garantir empregos e vidas de qualidade, as competências devem ser desenvolvidas através de sistemas educativos e de formação profissional sólidos, numa abordagem de **aprendizagem ao longo da vida**.

Um plano de ação para as competências básicas testará um programa de apoio às competências básicas. Esta iniciativa focar-se-á nas causas profundas das lacunas de competências básicas e permitirá uma identificação e intervenção precoces.

Será desenvolvido um **programa da UE para os professores e formadores**, e reforçada a partilha de boas práticas inovadoras graças à criação de **alianças entre escolas europeias**.

Também serão propostas **ações para fazer face à escassez de competências e de mão de obra na UE**.

As ações propostas abrangem diferentes níveis e tipos de educação e formação, diversos grupos de formandos e níveis de competências, incentivando o maior número possível de pessoas a participar no mercado de trabalho.

Focada no papel da educação e formação profissional (EFP) para apoiar a competitividade e a inovação da UE, a **nova estratégia europeia para a EFP** abordará a escassez e a falta de adequação de competências, reforçando a atratividade, a excelência, a qualidade e as respostas da EFP para o mercado de trabalho. A estratégia incidirá igualmente nos estereótipos de género e de outros tipos que influenciam as escolhas de estudo, e assegurará **que a EFP seja encarada como um percurso de aprendizagem tão valorizado como o ensino superior**.

As ações incluem igualmente um **Pacto para as Competências reforçado e racionalizado** para requalificar e melhorar as competências de mais trabalhadores em setores estratégicos, que assentará no êxito do atual pacto no âmbito do qual os seus membros se comprometeram a melhorar as competências de 25 milhões de trabalhadores

até 2030. A Comissão insta os membros do pacto a, pelo menos, duplicarem os seus compromissos.

A Comissão irá também rever e reforçar a implementação de **Academias de Competências da UE**, no intuito de disponibilizar as competências para satisfazer as necessidades económicas atuais e futuras. **As academias ajudarão setores estratégicos como a defesa e a tecnologia digital, abrangendo, por exemplo, a inteligência artificial, a computação quântica e os semicondutores.**

A estratégia deverá também **facilitar a livre circulação de pessoas qualificadas em toda a Europa.**

É imperativo assegurar que a aprendizagem, as competências e as qualificações, independentemente do local e da forma como foram adquiridas, sejam transparentes, fiáveis e reconhecidas em toda a UE, o que contribuirá para libertar todo o potencial do mercado único.

A **iniciativa relativa à portabilidade das competências** ajudará a tornar as competências mais visíveis e portáteis. Facilitará, se necessário, o **reconhecimento das qualificações**, o que é essencial para evitar que as pessoas acabem por trabalhar em postos que não correspondem às suas qualificações e para melhorar a adequação das competências no mercado único.

Promoverá igualmente a utilização de credenciais digitais interoperáveis que contribuam para acelerar a compreensão e a transparência das competências e qualificações.

A Comissão prosseguirá igualmente os trabalhos sobre o **diploma europeu**, que pode facilitar o desenvolvimento de programas de estudo europeus inovadores, enquanto iniciativa emblemática para garantir uma mobilidade para fins de aprendizagem de qualidade. Reforçará igualmente as **Alianças de Universidades Europeias** e estudará um **estatuto jurídico europeu adequado** para as alianças de instituições de ensino superior. A Comissão trabalhará igualmente no sentido de criar um possível **diploma europeu de EFP** para o ensino e a formação profissionais.

Haverá, ainda, que se trabalhar para aliciar os melhores talentos a virem trabalhar para a Europa e aqui permanecerem. Mas como?

A União das Competências propõe **medidas para atrair e reter talentos de países terceiros.**

Aqui se incluem **medidas para tornar os sistemas europeus de educação e formação mais atrativos para as pessoas fora da UE, mas também para facilitar o recrutamento de nacionais de**

países terceiros. Programas estabelecidos, como as «Ações Marie Skłodowska-Curie», desenvolverão uma dimensão «*Choose Europe*», que promoverá a escolha pela Europa. As bolsas de estudo Erasmus Mundus e a atividade promocional «Estudar na Europa» serão reforçadas. Desta forma, a UE atrairá mais talentos de excelência a nível internacional.

A Comissão criará igualmente a futura **Reserva de Talentos da UE**. Uma **estratégia em matéria de política de vistos** garantirá que os estudantes, investigadores e profissionais qualificados de países terceiros possam beneficiar de procedimentos mais rápidos. Estas medidas contribuirão para colmatar a **escassez de mão de obra em setores-chave como os cuidados de saúde, as TI e a construção**. A promoção de condições de trabalho justas e de apoios à integração de nacionais de países terceiros tornará a Europa um destino mais atrativo para talentos, contribuindo simultaneamente para garantir a resiliência económica e o potencial de inovação futuros da UE.

Existe, não obstante, uma questão em particular que preocupa os sindicatos, e que é a de como poderá a União das Competências ajudar os trabalhadores, em especial aqueles cujos empregos sofrerão transformações?

A CE não nega, a este respeito, que a maioria dos postos de trabalho sofrerá mudanças devido, em certa medida, às transições ecológica e/ou digital. Todos terão de desenvolver as competências necessárias para navegar nestas transições.

A União das Competências ajudará também as pessoas que já têm emprego, avançando com ações para desenvolver e reter talentos. Por exemplo, será testada uma **Garantia de Competências**, que oferecerá aos trabalhadores afetados por processos de reestruturação ou em risco de desemprego a possibilidade de continuarem a desenvolver as suas carreiras em novas oportunidades profissionais.

O **Pacto para as Competências** reforçado e racionalizado contribuirá igualmente para melhorar as competências dos trabalhadores em ecossistemas industriais estratégicos. **A Aliança Europeia para a Aprendizagem** alargada permitirá a um número cada vez maior de adultos melhorar as respetivas competências, incluindo os que estão fora do mercado de trabalho.

Do lado das empresas, importa-nos saber como irá a União das Competências ajudar estas entidades, que consideramos fundamentais para a criação de emprego!

A CE responde que a União das Competências pretende assegurar que as empresas europeias

possam encontrar pessoas com as competências de que necessitam para criar crescimento sustentável e empregos de qualidade. Com a IA, a robótica, os processos alimentados pelos dados e a transição para indústrias limpas, é fundamental dar resposta às carências de competências atuais e futuras para manter a competitividade da UE a nível mundial.

A CE considera que as medidas propostas no âmbito da União das Competências **apoiarão igualmente as pequenas e médias empresas, as empresas em expansão e as empresas em fase de arranque**. Reconhece que as PME são a espinha dorsal da economia da UE, representando cerca de 99 % de todo o tecido empresarial e que, no entanto, quase quatro em cada cinco têm dificuldade em encontrar trabalhadores com as competências adequadas.

As medidas propostas, afirma, ajudarão a desenvolver as competências de que as empresas da UE necessitam, com destaque para as competências básicas e as competências orientadas para o futuro, como as CTEM e as competências digitais avançadas. Afirma que será também mais fácil para os empregadores recrutar talentos provenientes do estrangeiro, incluindo de países terceiros.

Esperamos que assim venha a ser.

Quanto aos **jovens**, a CE refere que a União das Competências centrar-se-á nos seguintes aspetos:

- Aumentar a acessibilidade ao ensino superior a um leque mais vasto de jovens que estão no sistema de EFP, bem como promover serviços de apoio ao bem-estar dos estudantes para que sejam bem-sucedidos;
- Proporcionar mais oportunidades através de programas de estudo europeus conjuntos inovadores e obter o reconhecimento de um diploma europeu ou de um diploma de EFP europeu em toda a UE;
- Reforçar o programa **Erasmus+** para o tornar mais inclusivo e acessível a todos, com especial destaque para os jovens com menos oportunidades — incluindo na EFP.

Outra questão que se coloca, é como irá a estratégia contribuir para inverter o declínio das competências básicas na UE.

A CE considera que o **programa de apoio às competências básicas que avança** ajudará os Estados-Membros a garantir que todas as crian-

ças atinjam um nível adequado de competências básicas até ao final da escolaridade obrigatória, com destaque para a intervenção precoce e o apoio personalizado.

"Investir nos jovens europeus é investir no nosso futuro", afirma. As medidas incluirão um **programa da UE para professores e formadores** destinado a melhorar as condições de trabalho, a formação e as perspetivas de carreira dos educadores, bem como uma melhor cooperação e mobilidade transfronteiras entre escolas em toda a Europa.

O programa **Erasmus+** será igualmente reforçado para o tornar mais inclusivo e acessível a todos, com especial destaque para os estudantes com menos oportunidades.

Coloca-se, enfim, a questão da **governança** da União das Competências.

Um **Observatório Europeu de Informações sobre Competências** fornecerá dados estratégicos e previsões sobre as reservas de competências (atuais e futuras), a utilização e as necessidades, em setores e regiões concretos e sobre o desempenho dos sistemas de educação e formação.

Um **Conselho Europeu de Alto Nível sobre as Competências**, que reunirá as principais partes interessadas, incluindo dirigentes empresariais, prestadores de ensino e formação e parceiros sociais, para fornecer informações e orientações abrangentes e intersectoriais sobre competências aos decisores políticos da UE, assegurando uma visão coordenada e a identificação das ações necessárias para reforçar o capital humano europeu.

Este conselho apoiará o trabalho da Comissão no sentido da introdução de uma **recomendação da UE-27 sobre capital humano** e sobre as recomendações específicas por país no **ciclo do Semestre Europeu**.

Em suma, terminamos **recordando** que **a União das Competências vem acompanhada por um Plano de Ação sobre Competências Básicas e por um Plano Estratégico de Educação STEM** para melhorar as competências em ciência, tecnologia, engenharia e matemática, visando a promoção das carreiras STEM, a atração de mais raparigas e mulheres para estas profissões e o exponencial reforço da preparação da UE face às transições tecnológicas e digitais verdes, **bem como as novas metas para 2030**:

- o nível de baixo desempenho em literacia, matemática, ciências e competências digitais deverá ser inferior a 15%, enquanto o nível de

elevado desempenho em literacia, matemática e ciências deverá ser de pelo menos 15%;

- a percentagem de alunos matriculados em áreas STEM na EFP de nível inicial-médio deve ser de pelo menos 45%, com pelo menos 1 em cada 4 alunos sendo do sexo feminino;
- a percentagem de alunos matriculados em áreas STEM no terceiro nível de educação deverá ser de pelo menos 32%, com pelo menos 2 em cada 5 alunos sendo do sexo feminino;
- a percentagem de alunos matriculados em programas de ensino superior em TIC deverá ser de pelo menos 5%, com pelo menos 1 em cada 3 alunos sendo do sexo feminino.

Os pontos de vista dos Parceiros Sociais Patronais Europeus (que partilhamos)

Estando a CCP filiada na SMEUnited, Parceiro Social Europeu Patronal, e tendo esta entidade pontos de vista conjuntos com a BusinessEurope e a SGI Europe, apresentamos de seguida alguns dos seus contributos para a implementação desta nova iniciativa da Comissão Europeia.

Os pontos seguintes constituem as visões e prioridades conjuntas da BusinessEurope, SGI Europe e SMEUnited no que diz respeito às prioridades políticas e medidas que a Comissão deve considerar para inclusão na sua iniciativa *Union of Skills*.

As empresas europeias constituem a pedra angular da competitividade e atratividade da UE como um lugar para viver, trabalhar e investir. No entanto, elas estão a enfrentar uma enorme escassez de competências e de mão de obra que as coloca em desvantagem competitiva nos mercados globais e desencoraja o investimento na criação de emprego na Europa.

Portanto, os empregadores europeus acolhem e apoiam amplamente os objetivos da iniciativa *Union of Skills*. Ao fazê-lo, é imperativo que quaisquer medidas resultantes desta iniciativa respeitem integralmente as competências nacionais e o papel dos parceiros sociais dentro dos sistemas nacionais de relações industriais existentes e das suas práticas de educação e formação profissional.

É importante continuar a fortalecer o papel e o perfil da EFP, que está bem posicionado e é

reconhecido como um impulsionador da produtividade e inovação. O relatório Draghi argumenta que o que é central para isso é o envolvimento mais próximo dos parceiros sociais, particularmente empregadores, no design, implementação e governança da EFP.

Mais esforços são necessários para aumentar a atratividade, tornando a EFP uma primeira escolha para futuros alunos, melhorando a sua paridade na escolha relativamente à educação universitária, promovendo a excelência e aumentando a sua relevância e eficácia. Isso não aumentaria apenas a empregabilidade e as perspetivas de emprego dos indivíduos, mas também atenderia melhor às necessidades de competências dos empregadores. A Comissão poderia dar o seu apoio por meio de campanhas públicas eficazes em toda a Europa e apoiando os Estados-Membros no desenvolvimento da EFP ao nível do ensino superior.

Neste contexto, fortalecer as oportunidades de aprendizagem é essencial, garantindo que sejam acessíveis a pessoas de todas as idades. Os empregadores europeus apoiam fortemente os programas de aprendizagem como um meio de abordar as necessidades de competências das empresas e facilitar as transições no mercado de trabalho. Um maior envolvimento dos parceiros sociais na governança dos sistemas nacionais de aprendizagem é crucial para atingir essas metas.

Além disso, a oferta de serviços de orientação profissional e de carreira é vital para se conscientizar estudantes e trabalhadores sobre oportunidades de formação e melhorar a sua motivação para a aprendizagem. A cooperação mais estreita entre as DGs EMPL e EAC da Comissão neste ciclo político é uma oportunidade para elaborar uma estratégia coerente da UE sobre orientação profissional e de carreira.

Estas medidas são essenciais para garantir que a iniciativa *Union of Skills* fortaleça a EFP, tornando-a um pilar central para promover uma força de trabalho altamente qualificada e adaptável em toda a Europa.

Além de melhorar a atratividade da EFP, é necessário fortalecer o papel do ensino superior no apoio à qualificação e requalificação de trabalhadores. Isso inclui o fornecimento de micro-credenciais e outras formas de cursos de curta duração que podem ser oferecidos por universidades através de abordagens de aprendizagem combinada ou de ensino totalmente à distância. Isso deve ser visto como parte de uma abordagem mais ampla em direção a um maior foco nos resultados de aprendizagem e na empregabilidade.

de de estudantes universitários, seja num contexto de formação inicial ou contínua.

Sobre a proposta para o desenvolvimento de um diploma europeu de EFP, os empregadores europeus pedem à Comissão Europeia que se abstenha de implementar qualificações europeias de EFP em paralelo às qualificações nacionais. Uma qualificação europeia pode ser um complemento a uma qualificação nacional e incluir conteúdo/resultados de aprendizagem de forma clara e transparente, inspirando-se na abordagem de suplemento de diploma no ensino superior. Além disso, emblemas/credenciais digitais adicionais da UE no âmbito do Europass anexados a diplomas e certificados nacionais podem aumentar a visibilidade e a transparência do EFP e, portanto, contribuir para melhorar a mobilidade. Uma iniciativa sobre um diploma europeu de EFP só deve ser desenvolvida com parceiros sociais europeus no comando e em estreita consulta com os Estados-Membros. Este tópico beneficiaria de uma discussão mais aprofundada no Comité Consultivo sobre Formação Profissional.

O recente estudo PISA de 2022 mostra que 30% dos estudantes da UE não atingem um nível mínimo de proficiência em matemática e cerca de 25% ficam aquém em literacia e ciências. Esses são números preocupantes, pois as competências básicas são cruciais e fundamentais para a vida diária dos indivíduos e para sustentar uma economia competitiva. A incapacidade de atingir níveis suficientes de obtenção de competências básicas coloca a Europa em desvantagem competitiva face a outros atores globais, como os EUA e o Japão. Sem competências básicas adequadas, os trabalhadores podem enfrentar desafios para progredir com a sua educação e formação ou para se adaptar a um mercado de trabalho dinâmico e em rápida mudança.

Os empregadores constataam que os indivíduos precisam cada vez das competências básicas necessárias à entrada no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, não é responsabilidade dos empregadores fornecer formação no local de trabalho que compense a falta de obtenção de habilitações básicas, sabendo que estas devem ser adquiridas durante a educação obrigatória.

Além disso, há uma necessidade significativa de se promover competências empreendedoras, pois elas são essenciais para impulsionar a criação de novas empresas. Introduzir educação em empreendedorismo e o envolvimento com empresas desde cedo e nutri-la em todos os níveis de educação ajuda a desenvolver uma mentalidade empreendedora entre os jovens, permitindo que eles se adaptem melhor ao mundo do

trabalho em rápida mudança. O ensino prático, as competências práticas e os métodos de ensino diferenciados devem ser desenvolvidos como um elemento difundido na escolaridade obrigatória. As habilidades práticas devem ser integradas em todas as disciplinas, incluindo na matemática e na física.

Estas considerações são essenciais para o sucesso da iniciativa da União de Competências, que deve priorizar o fortalecimento de competências básicas e empreendedoras desde cedo, e deve andar de mãos dadas com esforços contínuos para reduzir ainda mais as taxas de abandono escolar precoce. Isto apoiará o desenvolvimento de uma força de trabalho qualificada capaz de contribuir para a competitividade e inovação a longo prazo da Europa.

A intenção da Comissão Europeia de propor uma agenda para professores da UE, visando melhorar suas condições de trabalho, formação e perspectivas de carreira, deve respeitar totalmente a autonomia e a competência dos parceiros sociais que negociam essas questões ao nível nacional e europeu.

Conforme destacado pelo relatório Draghi, as competências STEM e digitais são essenciais para a UE, a fim de colmatar a lacuna de competitividade entre a Europa e os outros atores globais. Somando-se ao desafio que os mercados de trabalho da UE enfrentam com as transições digital e verde, a lacuna de competências STEM e digitais deve ser abordada com urgência. As competências STEM e digitais são frequentemente destacadas pelos empregadores como o conjunto mais procurado e as que os graduados em STEM adquirem vão além das 4 áreas de estudo e também incluem o desenvolvimento do pensamento crítico e sistémico.

As competências STEM são frequentemente consideradas como sendo adquiridas nos níveis de ensino médio e superior. No entanto, podem ser adquiridas em todos os níveis de educação e formação, incluindo na escola primária e secundária, e por meio da educação geral ou profissional. ●

A Comunicação "União das Competências" está acessível aqui (apenas na versão inglesa): [915b147d-c5af-44bb-9820-c252d872fd31_en](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip15b147d-c5af-44bb-9820-c252d872fd31_en)

A *Factsheet* "União das Competências" está disponível aqui (também em versão inglesa): [ed0c-c7da-a656-40ff-b30a-640cec20adde_en](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip15b147d-c5af-44bb-9820-c252d872fd31_en)

AS POLÍTICAS



QUO VADIS SUSTENTABILIDADE?

Os meios de comunicação têm sido invadidos nos últimos tempos por informações contraditórias acerca do estado de sustentabilidade da segurança social, e em particular do sistema de pensões. Tanto nos dizem que a capacidade de financiar as futuras pensões está comprometida a prazo, como nos afirmam que podem os contribuintes dormir descansados pois terão direito, como os atuais pensionistas, às suas pensões de reforma garantidas pelo sistema público. Afinal em que podemos acreditar?

É importante podermos dispor de uma avaliação robusta e credível acerca da sustentabilidade financeira da segurança social. Embora o assunto possa ser considerado demasiado técnico e até abstrato, o certo é que um diagnóstico negativo acerca das possibilidades futuras de financiamento das pensões pode servir de argumento para a introdução de reformas que vão ter um

impacto direto, quer sobre as contribuições das empresas e as quotizações dos trabalhadores, quer sobre o nível das prestações sociais a que temos direito.

O envelhecimento da população portuguesa, ao causar a diminuição do número de contribuintes do sistema e, ao mesmo tempo, o aumento do número de pensionistas, tenderá a exercer uma pressão crescente sobre o equilíbrio financeiro do sistema previdencial. Porém, durante anos a fio, ouvimos dos sucessivos governos palavras reconfortantes que nos transmitiram a ideia de que, embora fosse previsível entrar o sistema previdencial em défice a partir de uma certa data, tais défices iriam ser cobertos pelas reservas do fundo de estabilização financeira da segurança social (FEFSS), sem que tal causasse um desequilíbrio nas contas públicas ou a necessidade de cortar pensões.

Mesmo o atual governo, no relatório sobre a sustentabilidade da segurança social (RSSH) anexo à sua proposta de orçamento para 2025, não deixou de publicar previsões que oferecem uma perspetiva relativamente otimista. Segundo o RSSH, os primeiros saldos negativos do sistema previdencial deverão surgir apenas a partir da segunda metade da década de 30, evoluindo depois em crescendo até atingir um máximo de 0,7% do PIB no final da década de 40. As reservas do FEFSS serão, porém, suficientes para cobrir integralmente esta sucessão de défices, e ainda, de acordo com as mesmas previsões, manter um elevado valor acumulado, superior a 20% do PIB, até ao final do período de projeção¹.

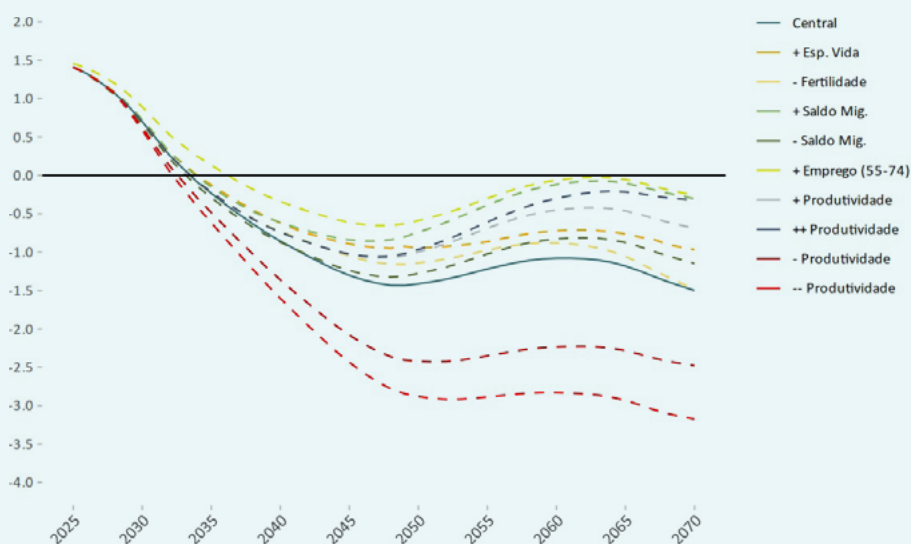
O Livro Verde sobre a sustentabilidade da segurança social (LV), que se encontra em discussão pública², inclui um exercício de projeção de saldos futuros do sistema previdencial com base num leque de cenários mais vasto do que aquele utilizado nas projeções incluídas no RSSH. Enquanto estas últimas partiam da hipótese de que a economia portuguesa será capaz de superar a sua performance mais recente e atingir um crescimento da produtividade mais dinâmico do que a média da zona euro³, no cenário central do LV foi considerado um crescimento mais próximo da realidade. Daqui resulta um aumento do valor

projetado para a despesa com pensões. Assim, o saldo do sistema previdencial, de acordo com o cenário central do LV, deverá passar a negativo ainda na primeira metade da década de 30, atingindo -1,4% do PIB em 2050, ou seja, o dobro do valor calculado no RSSH, variando depois entre -1,1% e -1,5% até 2070. Estes défices poderão continuar a ser suportados pelo FEFSS, mas com uma margem de segurança muito inferior à considerada naquele relatório, pois no final do período a sua reserva representaria apenas 3,8% do PIB.

O gráfico⁴ representa a evolução projetada do saldo do sistema previdencial de acordo com o cenário central e segundo as várias hipóteses alternativas consideradas no LV. É de salientar que, num cenário desfavorável em que a economia evolui com um crescimento lento da produtividade, próximo do verificado entre 2000 e 2015, os défices do sistema previdencial aumentariam para níveis compreendidos entre -2% e -3% a partir de meados da década de 40, esgotando as reservas do FEFSS na década seguinte.

A publicação recente da auditoria do Tribunal de Contas acerca dos sucessivos RSSH que se vêm publicando desde 2018⁵ veio lançar novas interrogações acerca da sustentabilidade financeira do nosso sistema público de pensões. Podemos

Projeção do Saldo do Sistema Previdencial, 2025-2070



Fonte: GEP-MTSSS.

¹ Ver <https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf>

² Ver www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/79620/Livro_Verde2024_edicaoJan2025.pdf

³ A taxa média anual de crescimento da produtividade total dos fatores considerada para o período entre 2022 e 2070 foi de 1,1% para Portugal e de 0,9% para zona euro, de acordo com as hipóteses retidas no Ageing Report de 2024, publicado pela Comissão Europeia

⁴ Gráfico retirado do Livro Verde sobre a sustentabilidade da segurança social, a partir de dados fornecidos por GEP (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social) e GPEARI (Ministério das Finanças).

⁵ Relatório n.º 17/2024, 2.ª secção – Auditoria ao “Relatório sobre a sustentabilidade financeira da segurança social”

resumir as conclusões do Tribunal de Contas, naquilo que importa para este tema, nos seguintes pontos:

- O RSSS não é completo e abrangente porque apenas incide sobre a componente contributiva da segurança social – o sistema previdencial – e exclui o regime de proteção social convergente (RPSC)⁶ e a componente não contributiva da segurança social.
- A separação entre os dois sistemas contributivos prejudica a transparência da avaliação da sustentabilidade financeira do conjunto dos regimes contributivos de proteção social pública.
- Os atuais saldos positivos do sistema previdencial devem-se ao facto de a sua receita beneficiar das contribuições e quotizações dos trabalhadores de serviço público inscritos a partir de 2006, sem que a sua despesa tenha de arcar com as pensões dos inscritos antes daquela data, que continuam a ser da responsabilidade do RPSC.
- Não é conhecido o custo efetivo de cada risco social coberto pelo sistema previdencial, pois desde 2010 que não são feitos estudos atuariais sobre a TCG (vulgarmente conhecida por TSU) e a respetiva desagregação. É possível que a atual taxa esteja desatualizada.
- O saldo global dos sistemas de proteção social (englobando o previdencial e o RPSC) é já hoje negativo e deverá agravar-se até 2042, ano em que poderá atingir 4,2% do PIB, o que constitui um risco acrescido para as finanças públicas e para o atual nível de benefícios garantido pelos sistemas.

Estas conclusões, bem como muitas outras constantes do relatório do Tribunal de Contas, estão alinhadas com as conclusões do LV já mencionado, nomeadamente no que se refere à necessidade de considerar conjuntamente os dois sistemas de proteção a fim de obter uma perspetiva mais completa e transparente acerca dos riscos futuros derivados do processo de envelhecimento demográfico. Também resulta evidente a necessidade urgente de proceder a uma reavaliação da taxa contributiva e da sua desagregação por eventualidades.

Todavia, certas interpretações deste relatório, tais como foram veiculadas por alguns meios de comunicação, ultrapassam em muito o que dele

se pode retirar. Em particular, não é de aceitar que o risco de insustentabilidade financeira da segurança social aumente só pelo facto de considerar conjuntamente os dois sistemas contributivos. A coexistência de excedentes do sistema previdencial com défices do regime da CGA está estabelecida há muito tempo, pois estes défices são devidos à necessidade de compensar a CGA pela insuficiência dos recursos disponibilizados pelo Estado no passado para financiar o regime da função pública. Daí não advém nenhum elemento novo⁷.

A avaliação do risco de insustentabilidade é realizada num contexto de elevada incerteza, associada à evolução no futuro de uma série de fatores determinantes, entre os quais se destacam as taxas de crescimento da produtividade e dos salários, a taxa de emprego, em particular dos trabalhadores de maior idade, os fluxos migratórios, a taxa de fecundidade e a esperança de vida. Todos estes fatores irão influenciar no futuro o curso da despesa com pensões e da receita contributiva, podendo agravar ou melhorar as perspetivas de sustentabilidade do sistema previdencial. Por este motivo, qualquer projeção sobre a evolução futura deste sistema deve ser entendida com cautela e submetida a testes de sensibilidade para avaliar até que ponto varia com hipóteses alternativas.

As projeções relativas ao RPSC, por outro lado, estão submetidas a um grau muito menor de incerteza, pois trata-se de um regime fechado. Ou seja, são conhecidos os beneficiários do regime bem como os seus contribuintes pelo que o seu comportamento pode ser determinado a priori com elevado grau de certeza. Por este motivo, a consideração em conjunto dos dois regimes, embora justificável por razões de transparência, em nada vem acrescentar ao risco de insustentabilidade. Só uma alteração significativa das hipóteses em que assenta o modelo de projeção poderá alterar o nosso conhecimento sobre esta matéria.

Por fim, deve ser salientado que, da consideração em conjunto dos dois sistemas contributivos, não poderá de modo nenhum ser retirada a conclusão de que as reservas do FEFSS deverão servir no futuro para financiar os défices de execução do RPSC. Seria inadmissível que o produto das contribuições das empresas e das quotizações dos trabalhadores do setor privado fosse utilizado para remediar uma situação que apenas se deve à falência do Estado em responder no passado pelas suas obrigações de proteção na velhice dos seus trabalhadores.

6 O regime de proteção social convergente abrange os trabalhadores do serviço público inscritos antes de 31/12/2005. Após esta data, esta categoria passou a ser inscrita obrigatoriamente no regime geral da segurança social.

7 O regime de proteção social convergente abrange os trabalhadores do serviço público inscritos antes de 31/12/2005. Após esta data, esta categoria passou a ser inscrita obrigatoriamente no regime geral da segurança social.

AS POLÍTICAS



AS TARIFAS COMO ARMA DE UMA NOVA ORDEM INTERNACIONAL

O dia da "Libertação" da América de Trump provocou um abalo no comércio internacional com um forte e polémico aumento das tarifas comerciais. As bolsas reagiram com uma quebra histórica quando foram anunciadas e com um salto histórico quando foram retiradas. Estalou uma guerra tarifária entre os EUA e a China aumentando os riscos de uma crise económica internacional.

No regresso à presidência dos EUA, Donald Trump avisou que as tarifas comerciais estariam no centro da sua estratégia "Make America Great Again". Na sua visão, o aumento dos impostos alfandegários serão instrumento para combater os crónicos défices comerciais da balança de bens, reforçar o investimento e captar investimento estrangeiro em áreas tecnologicamente avançadas e provocar a reorganização de cadeias de valor e de abastecimento, criando receitas para financiar uma generosa descida dos impostos, que conjuntamente com a redução da burocracia, deveria resultar em aumento do emprego e do ritmo de crescimento económico.

Para ajudar este processo e maximizar as receitas quer discutir as tarifas de forma bilateral (não multilateral) juntando a função de defesa que os EUA oferecem face ao seu poderio militar, em especial aos seus aliados como a União Europeia ou a Coreia do Sul. Pretende ainda uma desvalorização do dólar para aumentar a competitividade internacional dos produtos americanos. Para fazer face ao peso da dívida externa dos EUA, Trump tem pressionado o Fed (Reserva Federal) a reduzir as taxas de juro, mas isso requer taxas de inflação controladas o que não se afigura fácil de conseguir com o aumento das tarifas. Face à proporção dos acontecimentos do início de abril, se o conseguir fazer ficará na história, se não o conseguir também...

Os primeiros dias de abril de 2025 foram uma loucura. Donald Trump anunciou que no dia 2 de abril seria conhecida a nova pauta tarifária dos EUA e chamou-lhe o "dia da libertação". As tarifas, anunciadas em fevereiro e aplicadas em março ao Canadá e México, seus importantes parceiros comerciais, faziam temer o pior, mas, no fundo, governantes de todo o mundo, investidores (grandes e pequenos) e empresários esperavam que ficassem aquém das piores expectativas, o que "já não seria mau de todo", uma vez que a história e a teoria económica são pouco favoráveis aos defensores do protecionismo. Mas a ordem executiva do presidente Trump confirmou as piores expectativas impondo níveis tarifários que não se aplicavam há mais de um século, usando uma fórmula polémica¹, sem suporte técnico, mas que, na prática, consolidava a posição de Trump de que as tarifas são uma arma da política comercial dos EUA.

Trump I: o historial

Durante o primeiro mandato de Donald Trump (2017-2021), a sua política comercial foi caracterizada por um forte protecionismo e pela imposição de tarifas, destacando-se a guerra comercial com a China. As principais medidas incluíram tarifas sobre centenas de biliões de dólares em produtos chineses, renegociação de acordos comerciais (como a substituição do NAFTA pelo USMCA - Acordo Estados Unidos-México-Canadá) e aumentos tarifários sobre produtos de aliados, gerando tensões diplomáticas.

A política tarifária de Trump, tal como agora, gerou tensões diplomáticas (em especial com a China²), elevada volatilidade no mercado acionista entre 2018 e 2019, com quedas significativas em setores como tecnologia e indústria, mas, apesar da incerteza e da instabilidade alimentada pelos seus *tweets*, o S&P 500 valorizou cerca de 67% no período, impulsionado por cortes fiscais, política monetária acomodatória e desregulamentação que gerou otimismo no mercado, sustentando o *bull market* até à pandemia.

A promessa de regresso a esta estratégia

No programa eleitoral³ do Partido Republicano, no capítulo 5 "Proteger os trabalhadores e agricultores americanos do comércio injusto" é reafirmado o seu compromisso com uma política económica baseada no protecionismo e no lema "America First". A estratégia proposta pretende reequilibrar o comércio internacional, propondo reduzir o avultado défice comercial e criar uma tarifa base sobre os bens produzidos no estrangeiro e, ao mesmo tempo, garantir a independência estratégica dos EUA em relação à China e revitalizar a indústria nacional - o tópico da reindustrialização que também tem sido sobejamente debatido na Europa e em Portugal.

Entre as principais medidas propostas no programa eleitoral, destacava-se a imposição de uma tarifa base sobre bens estrangeiros, a revogação do estatuto de "Nação Mais Favorecida" da China e a restrição da aquisição de ativos americanos por empresas chinesas. Os republicanos defendem ainda a reconstrução de cadeias de abastecimento críticas nos EUA e o fortalecimento das políticas "Buy American" e "Hire American", visando proteger os trabalhadores e a indústria local.

Outra prioridade afirmada era a revitalização da indústria automóvel, através da reversão de regulações ambientais e do cancelamento de mandatos relacionados com veículos elétricos.⁴

O plano republicano também propunha reduzir impostos para famílias e empresas americanas à medida que as tarifas sobre produtores estrangeiros fossem aumentando. Com essas medidas, o partido acredita que os EUA se tornarão novamente uma potência industrial e económica, impulsionando o emprego, os salários e o investimento. O discurso protecionista reflete um reposicionamento da política económica americana num contexto de crescente de tensão geopolítica e competição global.

¹ Baseada no cálculo dos défices comerciais bilaterais em relação às exportações para os EUA, sendo o saldo dividido por 2 e anunciado publicamente como benevolência da Administração Trump.

² O confronto com Pequim começou em 2018, quando Trump impôs tarifas sobre centenas de biliões de dólares em produtos chineses, justificando a medida com acusações de práticas comerciais desleais, roubo de propriedade intelectual e dumping. A resposta da China não tardou, impondo tarifas sobre produtos americanos como soja, carne, vinho e automóveis.

³ MAKE AMERICA GREAT AGAIN!

⁴ Que entretanto parece ter evoluído em sentido contrário, pelo menos até ver, considerando a defesa que Trump passou a fazer da Tesla quando a cotação da empresa começou a registar perdas significativas, em consequência das posições de Musk e das sucessivas polémicas em que se tem envolvido na liderança do DOGE (Departamento de Eficiência Governamental, visa corte da despesa pública americana e a redução do défice orçamental), na sua intervenção na vida política americana e comentários sobre política internacional nomeadamente em relação à Ucrânia e à defesa da direita nas eleições alemãs.

Decorridos três meses sobre o início do seu mandato é possível discordar das medidas, mas não se pode acusar o presidente dos Estados Unidos de incoerência.

Caixa de texto 1 Um guia para perceber os fundamentos

Principais ideias do documento

"A User's Guide to Restructuring the Global Trading System"

Stephen Miran é desde março de 2025 presidente do Conselho de Consultores Económicos da administração Trump. Escreveu este documento enquanto estratega sénior da Hudson Bay Capital, e apresenta no documento, publicado em novembro de 2024, uma análise detalhada sobre como, na sua opinião, os Estados Unidos podem reestruturar o sistema global de comércio para reduzir défices comerciais, fortalecer a segurança nacional e promover uma economia mais resiliente. O documento oferece uma estrutura abrangente que combina tarifas, políticas cambiais e estratégias de segurança nacional para reequilibrar o comércio dos EUA, com foco em minimizar impactos negativos e maximizar os benefícios económicos e estratégicos. Abaixo estão alguns dos principais pontos abordados:

1. Déficits Comerciais e o Papel do Dólar

- Os déficits comerciais dos EUA são causados pela sobrevalorização estrutural do dólar, que resulta da procura global por ativos de reserva. Essa sobrevalorização prejudica os setores industriais e exportador dos EUA, tornando os seus produtos menos competitivos.

2. Tarifas como Ferramenta Política

- As tarifas são apresentadas não apenas como fonte de receita, mas como um mecanismo para pressionar outros países a ajustarem suas taxas de câmbio. Isso pode compensar impactos inflacionistas e redistribuir o ónus económico do dólar como moeda de reserva.

3. Implementação Estratégica

- Miran sugere que as tarifas sejam aplicadas gradualmente e diferenciadas por país, considerando preocupações de segurança nacional e práticas comerciais. Ele propõe aumentos tarifários condicionados à melhoria nas práticas de propriedade intelectual e abertura de mercados, especialmente em relação à China

4. Segurança Nacional e Reindustrialização

- O documento destaca a importância de diversificar o setor industrial para garantir a segurança nacional. A dependência de fornecedores estrangeiros, especialmente da China, para itens críticos como semicondutores e aço é vista como um risco estratégico. A reindustrialização é essencial para assegurar capacidade interna na produção de sistemas de defesa.

5. Políticas Cambiais

- Miran explora abordagens multilaterais e unilaterais para ajustar taxas de câmbio, discutindo estratégias como desvalorizações coordenadas ou ações unilaterais usando poderes presidenciais para limitar transferências internacionais.

6. Volatilidade do Mercado e Gradualismo

- Reconhecendo os riscos financeiros das políticas tarifárias e cambiais, Miran enfatiza a necessidade de implementação gradual e comunicação clara para minimizar incertezas nos mercados. O documento explora ainda como a Reserva Federal (Fed) pode usar ferramentas como taxas de juros baixas e compras de títulos para apoiar a competitividade industrial americana e facilitar ajustes cambiais necessários para reestruturar o sistema global.

7. Partilha de Custos

- Um conceito central é redistribuir os custos económicos associados ao dólar como moeda de reserva global entre outros países, utilizando tarifas e ajustes cambiais para melhorar a posição dos EUA no comércio internacional.

Nas conclusões do documento Miran apresentas as seguintes ideias: "dado que o Presidente Trump demonstrou que as tarifas são um meio eficaz de obter vantagens nas negociações — e receitas — dos parceiros comerciais, é bastante provável que as tarifas sejam utilizadas antes de qualquer instrumento relacionado com a moeda. Como as tarifas são positivas para o dólar, será importante que os investidores compreendam a sequência das reformas ao sistema de comércio internacional. O dólar provavelmente fortalecer-se-á antes de eventualmente recuar, se isso vier a acontecer.

Existe um caminho através do qual a Administração Trump pode reconfigurar os sistemas comercial e financeiro globais em benefício dos Estados Unidos, mas é um caminho estreito, que exigirá planeamento cuidadoso, execução precisa e atenção aos passos necessários para minimizar as consequências negativas".

Fonte:

https://www.hudsonbaycapital.com/documents/FG/hudsonbay/research/638199_A_Users_Guide_to_Resstructuring_the_Global_Trading_System.pdf

Trump II: o diagnóstico que fundamenta o "dia da libertação"

O dia 2 de abril de 2025 foi batizado por Donald Trump como o dia da "Libertação", em que apresentou o maior aumento das tarifas desde o início do século XX. Na verdade, pode ter sido um marco numa nova ordem económica internacional, que terá assinalado o reconhecimento político pelos próprios EUA do fim do seu estatuto de superpotência hegemónica que resultou do fim da guerra fria.

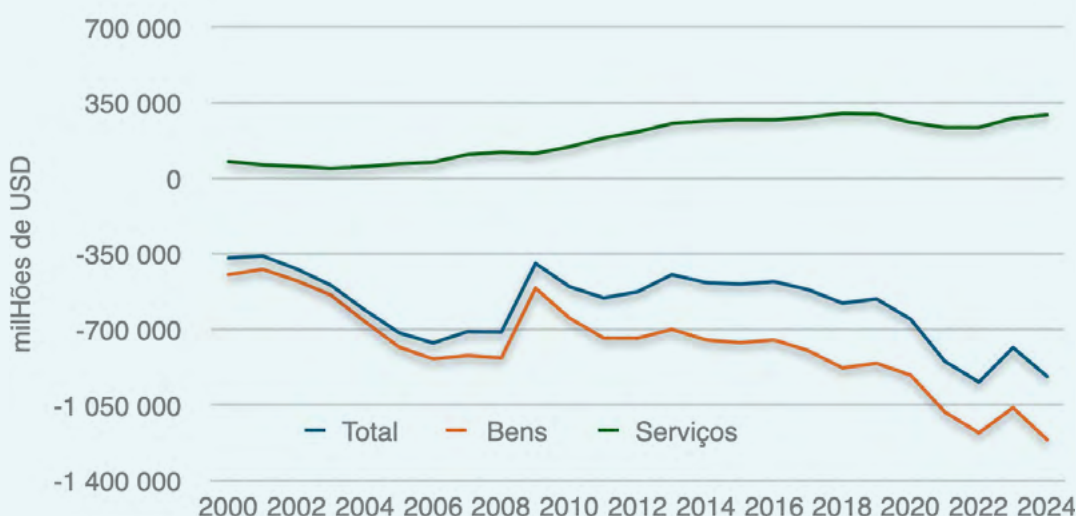
A ordem executiva assinada pelo presidente Trump faz o enquadramento do processo desde o dia da tomada de posse. Em 20 de janeiro de 2025 assinou o Memorando Presidencial sobre a política comercial "America First", em que instruiu a sua administração a investigar as causas dos grandes e persistentes

défices comerciais anuais dos Estados Unidos, tendo como objetivo analisar as implicações económicas e de segurança nacional destes défices, bem como "identificar práticas comerciais desleais por parte de outros países".

Posteriormente, em 13 de fevereiro de 2025, assinou um novo Memorando Presidencial, intitulado "Comércio Recíproco e Tarifas", em que ordenava uma análise aprofundada das práticas comerciais não recíprocas dos países e a sua relação com o défice comercial.

As estatísticas de comércio externo dos EUA evidenciam défices comerciais anuais elevados recorrentes, datando o último saldo positivo de 1975. E a trajetória tem-se vindo a agravar nos últimos anos como destaca a ordem executiva do Presidente, referindo que os "défices comerciais dos EUA em bens, aumentaram mais de 40 por cento apenas nos últimos 5 anos, atingindo 1,2 biliões de dólares em 2024".

Gráfico 1: Balança Comercial EUA [2000-2024]



Dados: Bureau of Economic Analysis, US Department of Commerce

A ordem executiva foca-se no défice da balança de bens, a balança de serviços, superavitária, é excluída do discurso político. As estatísticas do Departamento de Comércio Norte Americano permitem um olhar mais objetivo sobre a realidade da competitividade atual da base industrial dos EUA, evidenciando um défice na generalidade dos grupos tecnológicos avançados, no relacionamento com os principais países e blocos económicos da América (Canadá e México), da União Europeia e Ásia-Pacífico.

Tabela 1 - Comércio dos EUA em Produtos de Tecnologia Avançada por Grupo Tecnológico e Países e Regiões Selecionados

Grupo Tecnológico	Balança	Exportações	Importações
Total	-298 948	464 291	763 239
Materiais Avançados	-129	4 102	4 231
Aerospacial (1)	78 538	137 473	58 935
Biotecnologia	-68 037	57 313	125 350
Electrónica	-16 485	71 291	87 776
Fabricação Flexível	-666	19 224	19 890
Informação e Comunicações (1)	^e -231 466	123 115	354 581
Ciências da Vida	-32 711	40 167	72 878
Tecnologia Nuclear	-4 012	961	4 973
Optoelectrónica (1)	-26 935	6 407	33 342
Armamento	2 955	4 239	1 284

Dados: Bureau of Economic Analysis, US Department of Commerce. Unidade: Milhões de dólares

(1) As estatísticas de exportação para determinadas classificações de mercadorias relacionadas com a indústria aeronáutica estão sujeitas a restrições e foram agregadas de forma a evitar a divulgação de informações confidenciais. Como resultado, as exportações de Produtos de Tecnologia Avançada foram sobrestimadas em 1.233 milhões de dólares em dezembro de 2024.

A convicção de Trump e da sua Administração é que esta situação tem levado ao enfraquecimento da sua base industrial, tem dificultado a expansão da capacidade industrial avançada no país, comprometido cadeias de abastecimento essenciais e tornaram a base industrial de defesa dependente de adversários estrangeiros, sendo este aspeto ganhado relevância com aumento da escalada de conflitos a nível internacional.

São ainda apresentados alguns números que permitem uma melhor perceção sobre o racional associado a estas medidas, entre os quais se destacam os seguintes:

- "A indústria representa "apenas" 11 por cento do produto interno bruto (PIB) dos EUA, mas é responsável por 35 por cento do crescimento da produtividade americana e 60 por cento das exportações";

- "A indústria transformadora nos EUA é o principal motor da inovação no país, responsável por 55 por cento de todas as patentes e 70 por cento de todos os gastos em investigação e desenvolvimento (I&D)";

- "Entre 1997 e 2024, os Estados Unidos perderam cerca de 5 milhões de empregos na indústria, registando uma das maiores quedas no emprego industrial da história"⁵;

- "Os gastos em I&D das empresas multinacionais americanas na China terem crescido a uma taxa média de 13,6 por cento ao ano entre 2003 e 2017, enquanto nos Estados Unidos cresceram apenas 5 por cento ao ano, comprova a forte ligação entre a indústria e a inovação".

Na sua opinião o futuro da competitividade americana depende de inverter estas tendências.

⁵ A ordem executiva do presidente Trump refere que "muitas dessas perdas de postos de trabalho concentraram-se em áreas geográficas específicas. Nessas regiões, a perda de empregos industriais contribuiu para a diminuição das taxas de formação familiar e para o aumento de outras tendências sociais, como o abuso de opioides, que impuseram custos profundos à economia americana".

Ilustração 1 - Apresentação da Ordem Executiva de aplicação das Tarifas Recíprocas

Fonte: U.S. President Donald Trump delivers remarks on tariffs in the Rose Garden at the White House in Washington, D.C., U.S.,



Country	Tariffs Changed to 10%	U.S.A. Reciprocal Tariff
China	67%	24%
European Union	39%	20%
Vietnam	90%	16%
Taiwan	64%	22%
Japan	16%	24%
India	52%	26%
South Korea	50%	25%
Thailand	72%	36%
Switzerland	61%	21%
Indonesia	64%	32%
Malaysia	17%	24%
Cambodia	97%	19%
United Kingdom	10%	10%
	60%	30%
	10%	10%
	74%	37%
	10%	10%
	33%	17%
	54%	17%
	10%	10%
	10%	10%
	58%	29%
	10%	10%
	88%	41%
	10%	10%

April 2, 2025. REUTERS/Carlos Barria · REUTERS / Reuters

O que diz a ordem executiva

Em primeiro lugar, para controlar o défice comercial e revitalizar a sua indústria, impõe uma taxa base *ad valorem* de 10% para as importações de 185 países, de forma indiscriminada, sem olhar para aliados ou adversários no xadrez internacional⁶.

Além da taxa base de 10%, está prevista a aplicação de tarifas adicionais específicas a cerca de 60 países, calculadas com base nos déficits comerciais bilaterais em relação às exportações para os EUA. Por exemplo, a China enfrentava uma tarifa de 34% (em cima de 20% decretados em fevereiro e março – ver caixa de texto), enquanto a União Europeia será sujeita a uma tarifa de 20%.

Adicionalmente foi lançada uma tarifa específica de 25% para os automóveis importados, excetuando os provenientes do México e do Canadá (estes dois países ficaram isentos da tarifa mínima de 10%, uma vez que já se aplica uma tarifa base de 25% imposta em março de 2025 e uma longa lista de exceções prevista na lista de produtos objeto de acordo comercial USMCA – Acordo Estados Unidos-México-Canadá).

Às importações dos produtos de aço e alumínio aplica-se a taxa de 25%.

Mas a ordem executiva apresenta um longo anexo (com 36 páginas) de exceções⁷ onde se encontram listadas matérias-primas, metais e terras raras, microchips e equipamentos essenciais para o processo produtivo das empresas americanas, em especial no setor farmacêutico e automóvel.

Embora a ordem executiva sobre as novas tarifas tenha entrado em vigor a 2 de abril, Donald Trump deixou claro que essa data marca o início de uma nova fase negocial, e não um regime tarifário inflexível, tendo sinalizado a possibilidade de reduzir tarifas de forma recíproca, dependendo da resposta dos países afetados – uma abordagem que mistura pressão económica com abertura diplomática.

Apesar de não prever critérios para futuras exceções, a ambiguidade do documento permite margem para acordos bilaterais seletivos, sobretudo com aliados estratégicos. A escolha do dia 2 de abril como “Dia da Libertação Económica” reforça o simbolismo de um ponto de viragem, com Trump a sugerir que as tarifas poderão ser revistas à medida

⁶ Curiosamente a Rússia foi uma exceção na aplicação das tarifas recíprocas tendo a Casa Branca alegado o processo negocial em curso para a paz na Ucrânia.

⁷ <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/04/Annex-II.pdf>

que os mercados reagem e os parceiros comerciais demonstrem disposição para renegociar os termos do comércio internacional.

A dimensão e os impactos das medidas

De acordo com o centro de investigação "The Budget Lab at Yale" o impacto do anúncio tarifário de 2 de abril isoladamente e de todas as tarifas implementadas pelos EUA em 2025 representam uma subida de 11,5 pontos percentuais na taxa efetiva de tarifas dos EUA. Considerando todas as tarifas de 2025, a taxa média efetiva chega a 22,5%, o nível mais alto desde 1909.

De acordo com esta entidade, os aumentos tarifários de 2025 (considerando as tarifas anteriormente impostas ao Canadá e ao México) deverão provocar uma subida geral de preços de 2,3% no curto prazo,

o que se traduz numa perda média de 3.800 dólares por família. Só o aumento tarifário de 2 de abril representa um acréscimo de 1,3% nos preços e uma redução média de consumo de 2.100 dólares por agregado familiar. Os setores de vestuário e têxteis serão dos mais prejudicados, com aumentos de preços até 17%. Em termos macroeconómicos, o PIB real dos EUA poderá cair 0,5 pontos percentuais em 2025 devido às tarifas de abril, e 0,9 pontos se todas as tarifas forem consideradas. A longo prazo, estima-se que a economia americana se torne entre 0,4% e 0,6% mais pequena, o que equivale a perdas anuais entre 100 e 180 mil milhões de dólares. Embora o pacote tarifário de abril deva gerar 1,4 biliões de dólares até 2035, este valor reduz-se em 366 mil milhões quando se contabilizam os efeitos dinâmicos. No total, as tarifas de 2025 poderão arrecadar 3,1 biliões, mas com perdas de receita estimadas em 582 mil milhões devido à retração económica e à retaliação comercial.

Gráfico 1 Taxa média efetiva das tarifas dos EUA desde 1790



Fonte: The Budget Lab. Dados: Source: Historical Statistics of the United States Ea424-434, Monthly Treasury Statement, Bureau of Economic Analysis

Esta análise alerta para temas que os cidadãos americanos elegeram como central nas últimas eleições presidenciais: - a economia e a inflação. O risco de desaceleração económica, a perda de rendimento e o aumento da inflação são reais e afetam as suas expectativas de consumo.

A pressão de Trump sobre o Fed para baixar as taxas de juro esbarra nas incertezas sobre a inflação

Donald Trump tem pressionado a Reserva Federal (Fed) a reduzir as taxas de juro como forma de aliviar

o peso dos encargos com a dívida pública dos EUA, que poderá atingir os 952 mil milhões de dólares em 2025. Estima-se que os juros da dívida federal consumam 3,2% do PIB, o que corresponde a cerca de 8% do orçamento federal. Projeções apontam para que esse valor possa duplicar até 2035, alcançando 1,8 biliões de dólares, ou 4,1% do PIB.

O presidente do Fed, Jerome Powell, alertou que as tarifas comerciais impostas por Trump poderão ter efeitos económicos mais severos do que o inicialmente antecipado. Entre os principais impactos destacam-se: o aumento da inflação importada, devido à subida dos preços de bens sujeitos a tarifas,

o risco de subida do desemprego e o abrandamento do crescimento do PIB, causado pelo aumento dos custos para empresas e consumidores. Embora alguns destes efeitos possam ser temporários, Powell advertiu para o risco de consequências persistentes, sobretudo se as tarifas forem mantidas ou ampliadas. Face a este cenário, o Fed tem mantido uma postura prudente em matéria de política monetária. Powell considerou ser "demasiado cedo" para decidir eventuais cortes na taxa de juro, reafirmando o compromisso da instituição com o controlo das expectativas inflacionistas a longo prazo.

Apesar da pressão pública de Trump por cortes imediatos, o presidente do Fed reiterou a independência da instituição, sublinhando que as decisões serão tomadas com base em dados económicos e não por considerações políticas. A duração e intensidade dos efeitos das tarifas comerciais permanecem incertas, com potenciais implicações negativas para o mercado de trabalho e a estabilidade dos preços. Além disso, as medidas já motivaram retaliações por parte de outros países, o que tem alimentado a instabilidade nos mercados internacionais. Neste contexto, o Fed manteve a taxa de juro de referência entre 4,25% e 4,5%, deixando em aberto a possibilidade de futuros ajustamentos, consoante a evolução da conjuntura económica.

Os riscos de retaliação e os receios de uma crise económica global

O que se seguiu ao anúncio de Donald Trump no dia 2 de abril foi um turbilhão... Uma queda histórica dos mercados bolsistas, manifestações por toda a América, críticas dentro do partido republicano, sete senadores republicanos juntaram-se aos democratas para tentarem legislar para restringir a autoridade de Trump na imposição das tarifas sem aprovação pelo Congresso. Choveram críticas de economistas, analistas de mercado, imprensa, financiadores e apoiantes de campanha, membros do partido republicano, troca de acusações públicas entre assessores da Casa Branca,⁸ etc. às quais se juntaram inúmeros posts satíricos nas redes sociais.

Consultoras e bancos de investimento começaram a alertar para os efeitos sobre a economia. Por exemplo, a Oxford Economics refere que esta reconfiguração geoeconómica reduz a previsibilidade para empresas e investidores, projetando uma redução de 1,5% no volume do comércio global em 2025. O JP Morgan considera palpável o aumento do risco

de recessão, elevando a probabilidade de recessão global para 60%, enquanto o Goldman Sachs estima em 45% a probabilidade de os EUA entrarem em recessão caso as tarifas persistam. Consideram que a inflação gerada pelos custos tarifários, combinada com a elevação das taxas de juro para contê-la, pressiona o consumo e os investimentos.

O risco de uma escalada de retaliação, em especial com a China, é um dos aspetos mais temidos da nova ordem comercial proposta pelos EUA. E de facto ela aconteceu com os dois países a escalam os níveis tarifários. No dia 9 de abril, reagindo à subida das tarifas pela China para 84%, que tinha adotado uma política de resposta recíproca, Donald Trump anunciou a elevação das tarifas à China para o patamar de 125% e posteriormente para os 145%, a China entrou no "braço de ferro".

A União Europeia, mais cautelosa na sua abordagem diplomática, considerando também aspetos de natureza geopolítica relacionadas com a guerra na Ucrânia e à participação na NATO, começou por propor tarifas "zero por zero" nos bens industriais e automóveis. Esta proposta foi recusada por Trump. A União Europeia, no dia 9 de abril, contrapôs com tarifas de 25% para 1700 produtos.

No dia 9 de abril, Trump, com a bolsa americana a registar quedas históricas e com críticas de todos os quadrantes da sociedade americana, cedeu às enormes pressões internas e decretou a suspensão da aplicação das tarifas recíprocas por um período de 90 dias, mantendo a aplicação de uma taxa base de 10% aplicável a todos os produtos de todos os países.⁹ A União Europeia acompanha e suspende por igual período as suas.

A suspensão de 90 dias cria uma janela para negociações, mas o risco de estagflação e rutura de cadeias globais são uma ameaça.

A exceção foi a manutenção das tarifas da China, que considerou ter uma postura orgulhosa. A China de Xi Jinping retalia. Apresenta queixa na Organização Mundial de Comércio, acusa os EUA de "tiranía comercial", restringe o fornecimento de terras raras, reduz a distribuição de filmes de Hollywood (sendo o maior mercado desta indústria) e vende 50 mil milhões de dólares de dívida pública dos EUA, ameaçando os custos da dívida americana, através do aumento dos juros, e subindo mais um degrau no processo de redução do papel do dólar enquanto moeda de reserva internacional.

⁸ Nos dias sete e oito de abril Peter Navarro (conselheiro do Presidente que é conhecido pelas suas posições protecionistas radicais) e Elon Musk trocam críticas e insultos na CNBC e na rede social X.

⁹ Não sem antes se gabar de ter cerca de 75 países a bajulá-lo para chegar a um acordo tarifário bilateral. Na rudeza das suas próprias palavras "kissing my ass".

Caixa de texto 2 Escalada Tarifária entre a China e EUA em abril de 2025

A tensão comercial entre China e EUA atingiu níveis críticos em abril de 2025, com tarifas recíprocas que superaram 100% em ambos os lados. A cronologia e os principais marcos incluem:

1. Início da Retaliação

- EUA: Em 2 de abril, Donald Trump anunciou tarifas de 34% sobre produtos chineses, somando-se aos 20% já vigentes (totalizando 54%).
- China: Respondeu com tarifas equivalentes de 34% sobre importações americanas, igualando a taxa total a 54%.

2. Elevação para 104%

- EUA: Após a China não retirar suas tarifas até 8 de abril, Trump impôs uma taxa adicional de 50%, elevando para 104% aplicando-se à totalidade sobre produtos chineses, a partir de 9 de abril.
- China: No mesmo dia, anunciou um aumento de 50% sobre suas próprias tarifas, elevando a taxa total contra os EUA para 84% (34% iniciais + 50% adicionais).

3. Pico de 125% e "Pausa" Global

- EUA: Em 9 de abril, Trump elevou as tarifas sobre a China para 125%, referindo a "falta de respeito" do país asiático aos mercados globais.
- China: As tarifas de 84% sobre produtos americanos entraram em vigor no mesmo dia

4. Pico de 145% e contramedida da China

- EUA: Em 10 esclarece que a pauta é de 145%, juntando os 20% que já se aplicavam
- China: Acompanha o aumento tarifário para 125% e avisa que passará a ignorar qualquer aumento tarifários posterior por parte dos EUA

A guerra tarifária, está ainda longe de um epílogo, reflete uma disputa estratégica que vai além do comércio, envolvendo profundas questões geopolíticas.

Depois de decretar, em 9 de abril, a suspensão das tarifas pelo prazo de 90 dias, mantendo as tarifas gerais de 10%, Donald Trump diz que no final tudo ficará bem, que as tarifas terão um nível justo para todos, até para a China referiu. Veremos... ●

AS POLÍTICAS



O LIVRO BRANCO SOBRE A DEFESA EUROPEIA E O PACOTE DE INVESTIMENTO REARM EUROPE

Com a vitória de Donald Trump nas eleições dos EUA, a UE "acordou" para um "mundo novo", sem os pressupostos e certezas que até então teve do seu aliado norte-americano nas áreas económica e militar.

Desde a queda do muro de Berlim em Novembro de 1989, e o fim da Guerra fria e a dissolução da URSS, a União Europeia tem gozado um período de paz, estabilidade e crescimento ímpar na sua história.

Ao longo da Guerra Fria, a então C.E.E. (Comunidade Económica Europeia) obteve, por parte dos EUA, apoio militar (com a presença de forças militares dos EUA em várias bases da Europa, prontas a intervir em caso de ataque por parte das forças do Pacto de Varsóvia), quer graças ao apoio económico e relações comerciais privilegiadas (como o Plano Marshall, após a 2ªGM, que permitiu a reconstrução do património destruído e a recuperação económica da Europa).

Figura 1 - A Europa durante a Guerra Fria



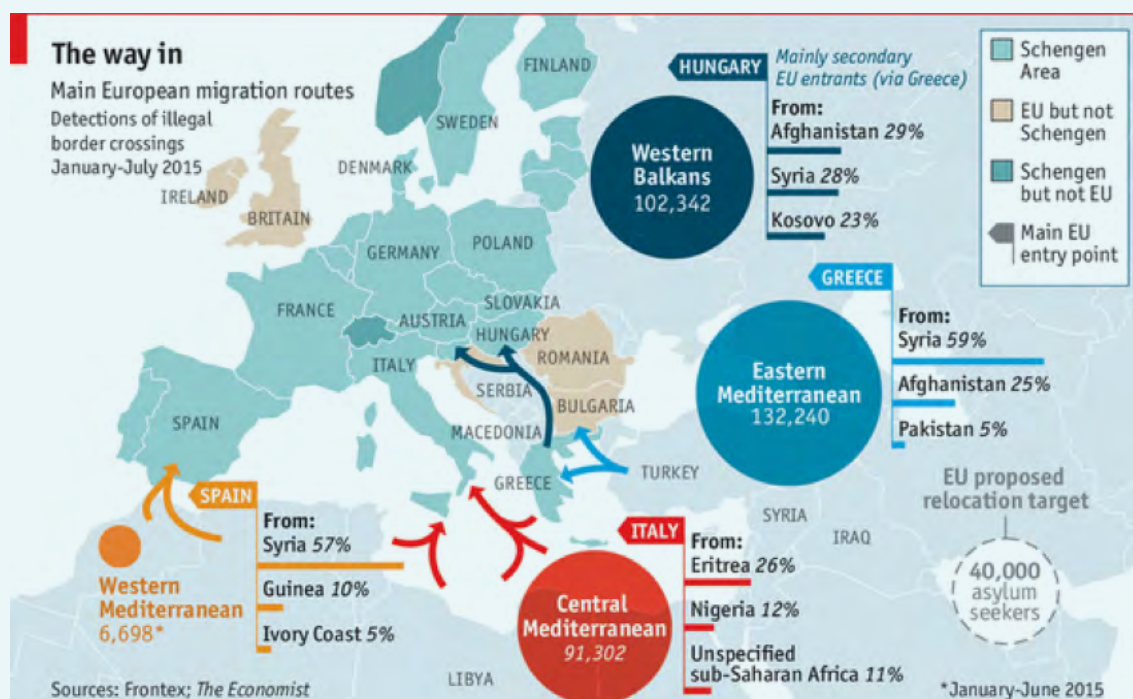
Fonte: Wikipedia e Wayback Machine
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/72/Cold_war_europe_economic_alliances_map_en.png

Com a queda do muro de Berlim em Novembro de 1989, o fim da URSS e da Guerra fria e o consequente desanuviar das tensões geopolíticas e militares, a maioria dos países membros da UE reduziu a sua estrutura militar e desinvestiu na produção militar, concentrando o esforço de produção para outros sectores e áreas estratégicas e apostando no reforço da coesão e integração europeia, com a entrada em vigor do Espaço Schengen (em 26 de Março de 1995), a adesão à zona euro e à moeda única (a partir de 1 de Janeiro de 1999) e o alargamento, com a adesão de vários Estados Membros nas décadas de 90 (Áustria, Suécia e Finlândia em 1 de Janeiro de 1995) e no início do século XXI, com a adesão simultânea de 10 Estados em 1 de Maio de 2004 (Lituânia, Estónia, Letónia, Polónia, República Checa, Eslováquia, Hungria, Eslovénia, Malta e Chipre), da Bulgária e Roménia em 1 de Janeiro de 2007 e da Croácia em 1 de Julho de 2013.

Porém, desde a última década a UE tem atravessado um período de instabilidade, motivado por uma série de factores:

- A crise económica provocada pelo défice excessivo das dívidas soberanas (que levou a que cinco países da UE fossem intervencionados pelo FMI (Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Chipre), entre 2010 e 2013;
- A crise dos refugiados provenientes do Médio Oriente, ocasionada pelos conflitos que decorreram após a Primavera Árabe em vários países. Esta crise levou ao início de uma série de conflitos armados na Síria, Líbia, Iraque e Iémen, levando a um êxodo massivo das suas populações em direcção às fronteiras da UE, sobretudo em 2015. Por outro lado, a chegada de um número elevado de refugiados à UE também levou a um aumento das tensões sociais e nas intenções de voto dos partidos anti-imigração.

Figura 2 - Principais rotas de imigração para a UE entre Janeiro e Julho de 2015



Fonte: economist.com

- A realização de um referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE, em 23 de Junho de 2016, levou a que a maioria da população votasse a favor da saída do Reino Unido da União Europeia, no processo que ficou conhecido por *Brexit*. A saída do Reino Unido constituiu um golpe para a UE, tornando-se o primeiro país a abandonar a União, efectivando a sua saída em 31 de Janeiro de 2020.
- O primeiro mandato de Donald Trump como Presidente dos EUA (entre 2017 e 2021), foi marcado pelo início de um período de relações tensas entre a UE e os EUA, devido à aplicação de tarifas alfandegárias pelos EUA aos bens e serviços exportados pela UE em 2019, e pelas declarações de Trump a ameaçar retirar os EUA da Nato, se os restantes países membros da Nato não aumentassem a sua contribuição para 2% do PIB antes de 2024.
- A guerra na Ucrânia, que se iniciou em 24 de Fevereiro de 2022, iniciou uma série de rápidas mudanças para a UE, uma vez que a guerra iniciou uma nova vaga de imigração de milhões de refugiados (4,2 milhões de ucranianos encontram-se actualmente na UE, segundo a Comissão Europeia). Para além de uma nova crise de refugiados, os países ocidentais pertencentes à Nato e à UE aprovaram uma série de sanções económicas à Rússia, limitando as exportações da Rússia para UE de gás, petróleo, minérios e cereais, bem como as importações russas provenientes da UE de equipamento electrónico (como semicondutores, sensores, chips, etc), retirando os bancos russos do sistema financeiro *Swift*, (que permite transacções internacionais) e congelando bens e meios financeiros do país e de figuras ligadas ao regime, de forma a isolar o país internacionalmente. Por outro lado, durante os últimos anos, a Ucrânia recebeu apoio militar e financeiro massivo por parte dos países ocidentais (de acordo com os dados da Comissão Europeia, a UE concedeu até ao momento um apoio de 143 mil milhões de euros à Ucrânia: 74,8 mil milhões de euros em apoios à resiliência económica, financeira e social, 49,6 mil milhões em apoio à aquisição de equipamento militar e 17 mil milhões para apoio aos Estados Membros para dar resposta às necessidades dos refugiados ucranianos.

Ameaças e desafios para a União Europeia: Actualidade

Actualmente a UE enfrenta uma série de desafios que vão obrigar a uma atenção redobrada durante os próximos anos e décadas. Com a reeleição de Donald Trump como presidente dos EUA, os representantes da UE observam as suas declarações e medidas com apreensão, cientes de que pelo menos durante o seu mandato a relação militar e comercial com os EUA não vai ser uma relação "fácil", tanto pelo historial da relação com o actual presidente dos EUA como pelas suas recentes declarações e acções.

Na última cimeira do Fórum Económico Mundial em Davos, em 23 de Janeiro de 2025, Trump exigiu aos membros da NATO o aumento das suas contribuições financeiras na aliança, insistindo em aumentar as suas contribuições em 5% do PIB nacional dos seus membros, quando vários membros (entre os quais Portugal), ainda não cumprem a meta de 2%, estabelecida em 2014.

Em 2 de Abril de 2025, de acordo com a notícia da Agência Lusa, Países da NATO prepararam-se para compromisso de 3,5% do PIB em defesa na cimeira de Haia, é referido que *"Os países da NATO deverão comprometer-se com o aumento de investimento em defesa, fixando-a em 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB), durante a cimeira de Haia, nos Países Baixos, em Junho de 2025"*.

Trump no passado referiu-se à NATO como uma "organização obsoleta" (Jornal de negócios, 15 de Janeiro de 2017, *"Trump diz que NATO está obsoleta e que UE vai perder mais membros"*). Já em março de 2025, após a tomada de posse como presidente dos EUA, Trump *"lançou dúvidas sobre a vontade dos EUA de defender os aliados da NATO que não cumpram as metas de gastos com a defesa, sugerindo que poderia encorajar a Rússia a "fazer o que quisesse" em tais casos. Pete Hegseth, ministro da Defesa, deu ainda a entender que os EUA podem não apoiar a Europa em qualquer conflito armado, concentrando-se a administração Trump, em vez disso, em confrontar a China"*.

Apesar destas declarações, James David Vance, Vice-Presidente dos EUA, declarou recentemente de que a saída dos EUA da Nato não correspondia à verdade, incentivando os países europeus a investirem na defesa, aumentando o seu contributo para a Nato ("A Europa deve preparar-se para o pior": Marco Rubio diz que EUA não vão sair da NATO e acusa aliados de histeria, expresso, 3 de

Abril de 2025).

Resta saber se a decisão dos países europeus membros da NATO, de aumentar a sua contribuição para 3,5 do PIB será suficiente para agradar Trump, uma vez que pretendia um aumento para 5% do PIB, o que, dado o actual momento económico, é incomportável para vários países europeus, sobretudo depois dos EUA imporem em 4 de Abril de 2025 um aumento das tarifas alfandegárias totais à UE de 20%, o que irá ter consequências económicas adversas, que irão obrigar os Países Membros da UE a apoiar as empresas afectadas.

Mas para além da mudança de política externa nos EUA, há outros factores importantes a ter igualmente em conta.

Os conflitos armados e as alterações climáticas têm provocado, ao longo das últimas décadas, um êxodo populacional acentuado no Médio Oriente e em África. Muitos destes refugiados procuram estabilidade, trabalho e condições para recomeçarem a sua vida, acabando por procurar a UE, devido à sua estabilidade, economia e também pela proximidade geográfica.

Com o aumento dos conflitos em África e no Médio Oriente, prevê-se que o número de refugiados a procurar a UE também aumente, podendo tornar-se insustentável num cenário de guerras regionais e luta por recursos naturais, que se tornam cada vez mais escassos devido às alterações climáticas, sobretudo no continente africano, cujo aumento previsto da população África (que actualmente é de 1.4 mil milhões de pessoas, prevendo-se que até 2050 venha a ter 2.5 mil milhões, que representa mais de 25% da população mundial e perto de 40% até ao final do século actual, de acordo com o artigo African Century, da revista do FMI, F&D Finance and Development Magazine, de Setembro de 2023), pode levar a uma situação de colapso do controlo fronteiriço do Mediterrâneo, pelo que vai ser necessário aumentar o investimento na vigilância fronteiriça e nas condições de acolhimento aos refugiados.

O crescimento económico da China e as suas pretensões em voltar a controlar Taiwan (território que durante grande parte do século XX esteve ocupado militarmente pelo Japão, voltando à posse da República da China após a derrota do Japão em 1945) é outro factor a ter em conta. Embora Taiwan esteja muito distante do território europeu, a sua importância enquanto fornecedor de tecnologia, nomeadamente, de semicondutores, é de vital importância para a UE, pelo que a perturbação da sua produção

acarreta dificuldades na indústria (sobretudo na indústria automóvel). Conforme referimos no Boletim N.º 10, de Outubro de 2021, no artigo "A escassez de semicondutores mundial e os seus efeitos, "Actualmente, menos de um quarto da produção mundial de semicondutores produzidos tem proveniência dos EUA e Europa, prevendo-se que até 2030 o declínio na produção mundial aumente, embora de forma mais lenta. Este decréscimo na produção mundial foi provocado pelo aumento da produção de semicondutores na Ásia nas últimas décadas (sobretudo em Taiwan e Coreia do Sul), que reduziu a produção localizada nos EUA para cerca de 12%, enquanto na Europa a produção é de cerca de 10%. Para além disso, na próxima década prevê-se que apenas 6% das novas unidades de produção se vai localizar nos EUA, enquanto a China vai captar cerca de 40% das novas unidades de produção e tornar-se o maior produtor mundial de semicondutores, de acordo com um relatório do Boston Consulting Group "Government incentives and US competitiveness in semiconductor manufacturing", de Setembro de 2020".

Outra factor relevante é o início do confronto geopolítico pela zona do Ártico, sobretudo da Gronelândia, devido ao efeito das mudanças climáticas, que estão a provocar alterações consideráveis na região.

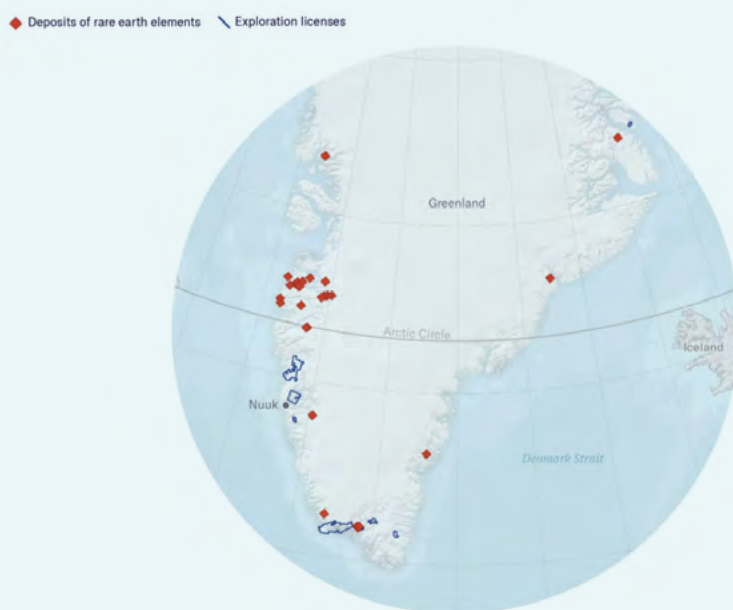
Por um lado, o degelo está a tornar viável a utilização da rota do Ártico (que atravessa o Norte da

Rússia, passando pelo Estreito de Bering) durante o ano inteiro, o que irá encurtar de forma significativa o tempo de viagem entre a Europa e o Extremo Oriente.

Por outro lado, o degelo também está a possibilitar a viabilidade da exploração dos seus recursos naturais (sobretudo na Gronelândia). O facto de ser uma região por explorar, com enorme potencial económico, sobretudo em relação ao petróleo, gás natural e minérios, em especial níquel, cobalto e terras raras.

De acordo com o artigo de Tom Vaillant, do Pulitzer center, Greenland's Rare Earths Attract European and U.S. Interest, Signaling Potential Mining Boom, de 14 de Novembro de 2024, "A maior ilha do mundo possui reservas substanciais de minerais essenciais, incluindo lítio, nióbio, háfnio e zircónio — componentes essenciais para baterias e outras aplicações tecnológicas. Além disso, a Gronelândia possui depósitos de elementos de terras raras, que são valorizados pelo seu papel nas tecnologias de transição energética, mas apenas acessíveis em alguns locais do mundo. As nações com acesso a estes recursos têm uma vantagem competitiva significativa. Para garantir o fornecimento futuro destas matérias-primas, a União Europeia assinou recentemente um acordo mineiro com a Gronelândia, na sequência de um pacto semelhante com os Estados Unidos. A China demonstrou interesse num acordo semelhante, mas as actuais tensões geopolíticas colocam-na em desvantagem".

Figura 3 - Depósitos de terras raras da Gronelândia



Fonte: Mineral License and Safety Authority, Greenland.

Todos estes factores levaram a que a região seja cobiçada por Donald Trump, que manifestou o desejo de adquirir o território autónomo da Dinamarca e incorporá-lo nos EUA. Desde que assumiu o poder, em Janeiro de 2025, Trump reiterou os seus comentários sobre a Gronelândia, que vê como essencial para proteger os interesses dos EUA, não excluindo a possibilidade de utilizar a força militar para assumir o controlo do território, podendo eventualmente entrar em conflito com a Dinamarca (que é país membro da Nato) pela posse do território. Um hipotético conflito militar entre os EUA e a Dinamarca, colocando dois Estados Membros em conflito, poderia "implodir" a Nato, colocando-lhe um fim abrupto.

Por último, perante o facto da presidência dos EUA ter alterado a sua política para a Ucrânia, passando a defender as negociações com vista ao fim do conflito entre a Rússia e a Ucrânia (que não é favorável à Ucrânia, uma vez que iria perder todos os territórios que a Rússia já capturou), leva a que a UE tenha a necessidade premente de investir na aquisição e produção de armamento e no aumento dos efectivos das suas forças armadas, de forma a proteger os seus interesses, apoiar a Ucrânia e devido às pretensões conhecidas de Putin em recuperar a posse dos territórios que pertenciam à antiga URSS e ao império Russo, o que poderá tornar os Países Bálticos e a Moldávia num potencial alvo de uma agressão militar russa, pelo que a ocorrência de um envolvimento militar entre a União Europeia (e dos restantes países membros da Nato) e a Rússia não seja de excluir no futuro.

O livro branco sobre a Defesa Europeia e o pacote de investimento **Rearm Europe – Readiness 2030**

Perante este cenário geopolítico complexo e muito exigente, que poderá ameaçar a própria existência da UE, a Comissão Europeia apresentou em 18 de Março o *White Paper for European Defence – Readiness 2030*, em conjunto com um pacote financeiro criado para aumentar o investimento na defesa dos Estados- membros, com o objectivo de reforçar significativamente a defesa dos Estados Membros da UE até 2030, mantendo estes a responsabilidade pela organização e gestão das suas forças militares e pela definição das suas necessidades de equipamento militar.

Para além de criar um pacote financeiro de apoio, a UE irá apoiar e coordenar a viabilização de parcerias; proporcionar uma maior colaboração e escala eficiente de desenvolvimento, produção e comercialização de sistemas de armamento da indústria europeia de defesa; apoiar a criação e reconversão de infraestruturas de transporte para tornar possí-

vel uma utilização dupla (militar e civil) para melhorar a mobilidade da logística militar, no apoio através de comunicações baseadas no espaço (recorrendo a satélites), navegação e observação.

E por último, facilitar a interoperabilidade, permutabilidade e uma maior eficiência, que permita a redução de custos e evitar as compras competitivas de material bélico, melhorando o poder de compra dos Estados Membros.

O livro branco será seguido da Estratégia para a Preparação da União (Preparedness Union Strategy), que vai incluir uma abordagem preventiva para a preparação para conflitos e crises, e a Estratégia de Segurança Interna da UE (EU Internal Security Strategy), que vai criar uma estrutura abrangente e unificada para prevenir, detectar e responder eficazmente a ameaças de segurança.

Os objectivos do Plano Europeu de Defesa pretendem que seja possível:

- O aumento das compras colaborativas e da procura de armamento agregada, de forma a apoiar a indústria de defesa europeia e reduzir os custos de aquisição de armamento;
- Aprofundar o mercado de defesa da UE através da simplificação de regulamentos;
- Continuar a apoiar a Ucrânia através do aumento da assistência militar e do aprofundamento da integração das indústrias de defesa europeia e ucraniana (estratégia do porco espinho);
- Aumento da prontidão europeia para os piores cenários, através da melhoria da mobilidade militar, armazenamento de armamento e do reforço das fronteiras externas, sobretudo com a Rússia e a Bielorrússia;
- Maior investimento na modernização da defesa europeia através do recurso a inovações disruptivas, como a IA e a tecnologia quântica;
- Reforço de parcerias com países com valores semelhantes aos que a UE defende, como a Noruega, Reino Unido, Turquia, Canadá, Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia e restantes membros da Nato.

No documento são também identificadas sete áreas prioritárias para o reforço da defesa:

- Defesa aérea e antimíssil: uma defesa aérea e de mísseis integrada contra um espectro com-

pleto de ameaças aéreas (mísseis de cruzeiro, balísticos e hipersónicos, aeronaves não tripuladas (drones));

- Sistemas de artilharia para realizar ataques precisos e de longo alcance contra alvos terrestres (ataque de precisão em profundidade);
- Aquisição de munições e mísseis, para constituir um stock estratégico de munições, mísseis e componentes através do "Ammunition plan 2.0", bem como o aumento da capacidade industrial de defesa que permita o seu reabastecimento no curto prazo;
- Drones e sistemas antidrones: Sistemas não tripulados, incluindo veículos aéreos, terrestres, de superfície e subaquáticos que podem ser controlados remotamente ou operar de forma autónoma utilizando software e sensores avançados;
- Mobilidade Militar: Uma rede de corredores terrestres, aeroportos, portos marítimos e serviços de apoio da UE, para facilitar o transporte rápido e contínuo de tropas e equipamento militar em toda a UE e nos países parceiros da UE.
- Inteligência Artificial (IA), Quântica, Cibernética e Electrónica de guerra: aplicações de defesa utilizando IA militar e computação quântica; Sistemas electrónicos avançados em toda a UE. São necessárias capacidades cibernéticas defensivas e ofensivas para garantir a proteção e a liberdade de manobra no ciberespaço.
- Proteção de infraestruturas críticas e facilitadores estratégicos, o que inclui aeronaves de transporte aéreo estratégico e reabastecimento ar-ar, inteligência e vigilância, sensibilização para o domínio marítimo, utilização e proteção do espaço e outros activos de comunicações seguras e infraestruturas de combustível militar.

Apoios financeiros da UE

Para possibilitar a execução do plano, a Comissão Europeia identificou cinco pilares para aumentar as despesas de defesa:

- Um novo instrumento financeiro específico para apoiar os investimentos dos Estados-Membros na defesa (SAFE - Security and Action for Europe): Com este instrumento financeiro, são garantidos empréstimos para aquisição de material bélico aos Estados Membros até um total 150 mil milhões de euros.

- A activação coordenada da Cláusula de Escape Nacional do Pacto de Estabilidade e Crescimento, por um período de quatro anos (que pode ser prorrogável), de forma a permitir um aumento dos fundos nacionais (até 1,5% do PIB por ano) para aquisição de equipamento militar;

Com base em projeções, o investimento na defesa poderá atingir pelo menos 800 mil milhões de euros ao longo dos próximos quatro anos, incluindo as despesas financiadas pelos 150 mil milhões de euros do SAFE.

- No contexto da revisão intercalar dos programas de 2021-2027, a Comissão vai propor um pacote de medidas para proporcionar flexibilidade e incentivos, para que as autoridades nacionais, regionais e locais possam utilizar a revisão intercalar das Políticas de Coesão para alocar fundos para o reforço das capacidades de defesa e segurança.
- O Banco Europeu de Investimento (BEI) pretende introduzir alterações para alargar o âmbito do seu financiamento relacionado com a defesa, duplicando o seu investimento anual para 2 mil milhões de euros para financiar projetos como drones, espaço, cibersegurança, tecnologias quânticas, instalações militares e proteção civil.
- Mobilização de capital privado para apoio das PME: O acesso ao financiamento continua a ser uma grande preocupação para 44% das PME do sector da defesa. A União de Poupanças e Investimento (SIU), que foi apresentada no dia 19 de Março, pode ajudar a atrair centenas de milhares de milhões de euros de investimentos adicionais por ano de investimento privado adicional para o sector da defesa, aumentando a sua competitividade.

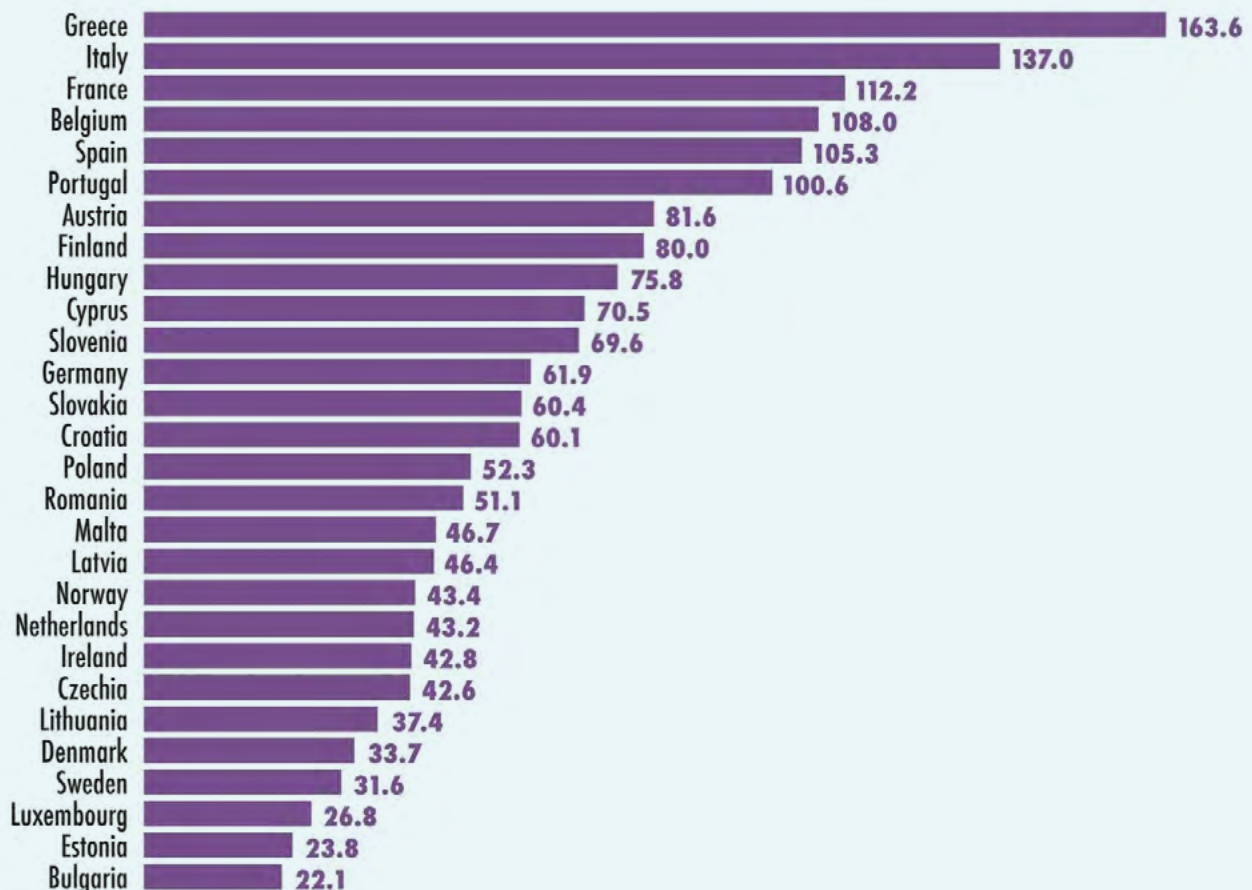
Conclusões

Numa era em que as ameaças proliferam e a concorrência sistémica aumenta, a UE necessita de investir na sua defesa, de forma a recuperar o tempo perdido devido a ter dado como adquirido que os EUA tinham um interesse estratégico em garantir a defesa da Europa indeterminadamente. No entanto, e face à mudança de posição dos EUA, é necessário e urgente que a UE esteja devidamente preparada para fazer face às ameaças, num cenário geopolítico cada vez mais incerto e competitivo. Embora o programa Rearm Europe - Readiness 2030 tenha como objectivo o rearmamento da UE até 2030, alocando fundos consieráveis para atingir o seu objectivo, a ideia da UE se rearmar levanta questões relevantes.

De acordo com o artigo "Von der Leyen's 'Rearm Europe' plan and the holes in it", do aeuroactiv, de 5 de Março de 2025, "A melhor forma de os países da UE acederem ao dinheiro de forma relativamente rápida será utilizar os 150 mil milhões de euros propostos, resultantes de empréstimos conjuntos. (...) A Comissão iria pedir esse dinheiro emprestado nos mercados de capitais e depois emprestá-lo aos estados-membros sob a condição de estes adquirirem armas em conjunto na Europa. A condição de agrupamento pode envolver um mínimo de três países da UE ou dois países da UE mais a Ucrânia. Ainda não foi decidido como os projetos dos países seriam aprovados para empréstimos e como seria incluída a preferência por material bélico fabricado na Europa".

A activação coordenada da Cláusula de Escape Nacional do Pacto de Estabilidade e Crescimento para permitir o aumento dos défices até 1,5% do PIB por ano também levanta questões relevantes, sobretudo atendendo ao facto de vários Estados Membros terem dívidas públicas elevadas (ver figura 4). A activação da cláusula pode aumentar a despesa em defesa no curto prazo (pelo menos quatro anos), mas os Estados em situação de défice excessivo (como a Grécia, Itália, França, Bélgica, Espanha e Portugal) poderão vir a ter de reduzir o seu défice sob pena de se tornar in comportável, o que por sua vez terá de levar a um aumento de impostos ou de redução do investimento em defesa.

Figura 4 - Rácio de dívida pública por PIB na UE no segundo trimestre de 2024



Fonte: Eurostat e Europe Magazine

A recente aplicação de tarifas à UE por parte dos EUA levou a descidas em todos os índices bolsistas, provocando receios de uma nova recessão económica, o que pode levar os países membros a "aplicar fundos apara apoiar as empresas e sectores afectados, podendo colocar em causa o investimento em defesa com recurso ao aumento da dívida.

O objectivo de rearmar a UE até 2030 também pressupõe a aquisição de armas a um ritmo elevado. Há países que pretendem adquirir armamento aos EUA (como por exemplo, os caças de 5ª geração (que nenhuma empresa europeia produz) e as plataformas de defesa antimíssil Patriot, entre outras armas avançadas) para sua defesa, como a Polónia ou os Países Bálticos, embora a França e vários Estados pretendam que o rearmamento deva ser baseado em armas europeias. Para tal ser possível, seria necessário reforçar a produção industrial de forma considerável e reconverter várias unidades de produção (como por exemplo, fábricas de produção automóvel), o que por si só iria demorar vários anos.

De acordo com o artigo da Time, *What Europe's New Rearmament Plan Gets Wrong*, de 14 de Março de 2025, "A fraqueza da indústria militar europeia deve-se em grande parte à dificuldade de coordenar e reunir a produção entre os diferentes países".

Embora existam constrangimentos que não poderão ser resolvidos no curto prazo, existem medidas que podem ser tomadas que podem permitir uma melhoria num prazo de tempo reduzido.

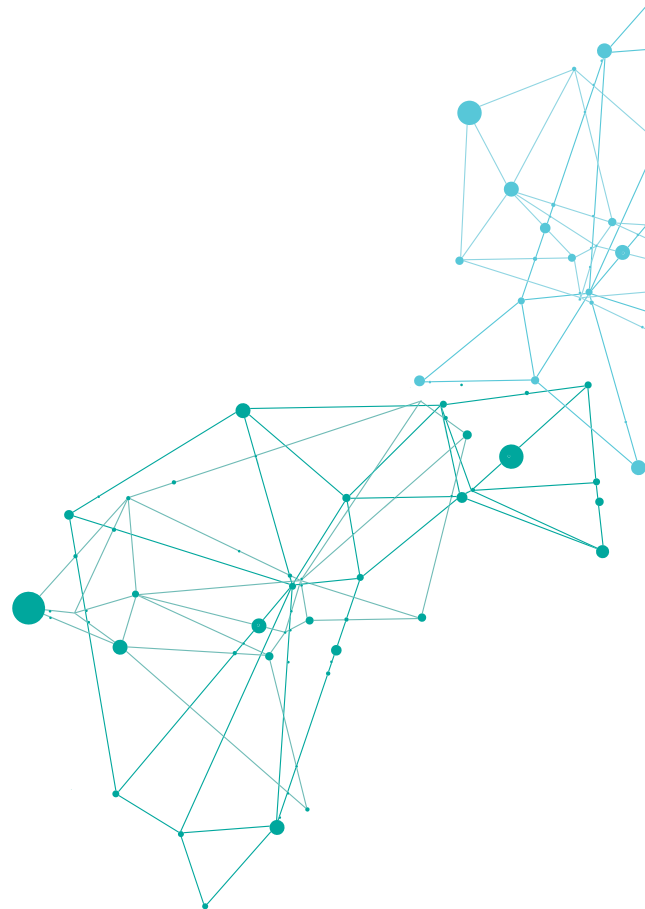
O relatório Draghi, publicado em Setembro de 2024, aponta para a existência de vários desafios que a UE enfrenta, entre elas: lacunas na inovação, devido a "regulamentações restritivas e falta de financiamento adequado", que levaram várias *start-ups* a transferir-se para fora da UE; os elevados preços da energia na Europa, devido aos quais "as empresas europeia pagam, em média, duas a três vezes mais pela electricidade e quatro a cinco vezes mais pelo gás que as suas congéneres norte-americanas; a dependência de fornecedores externos em áreas críticas, como a de semicondutores, sendo vital para segurança económica e estratégica a redução dessa dependência externa.

Para fazer face a estes desafios e reforçar a competitividade na UE, o relatório aponta para a necessidade de haver uma maior harmonização das políticas nacionais através do reforço da centralidade de decisões e de políticas sectoriais.

O reforço da produtividade e inovação industrial do sector da defesa, bem como a redução da dependência externa é um dos pontos mais importantes para rearmar a Europa, sendo necessária a concertação entre as diversas unidades de produção para aumentar de forma significativa a produção e a aplicação de inovações.

Por outro lado, o investimento na conversão e construção de infraestruturas que permitam o transporte de meios e tropas também é vital, pois permite uma maior rapidez e reacção a ameaças externas.

Para as empresas portuguesas, a existência de apoios (sobretudo de fundos monetários) pode ser uma oportunidade para as empresas de metalomecânica, construção, engenharia, empresas de tecnologia e para as Indústrias Nacionais de Defesa. ●



OS DESAFIOS



A IMPORTÂNCIA DOS SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO NO FUTURO DA ECONOMIA PORTUGUESA

Num momento em que é fundamental definir uma estratégia de especialização internacional que permita a Portugal retomar o crescimento, considerou-se relevante destacar a importância actual na economia portuguesa de um grupo de sectores que compõem os serviços intensivos em conhecimento, aos quais, na nossa opinião, não se tem dado o relevo desejável.

Tabela 1 - Serviços Intensivos em Conhecimento-desagregação em Subgrupos

Serviços intensivos em Conhecimento	Número de empresas	Pessoal ao Serviço	VAB (milhões €)
Serviços de alta tecnologia com uso intensivo de conhecimento	24553	140007	7935
Serviços de mercado intensivos em conhecimento	138962	454423	10356
Serviços financeiros intensivos em conhecimento	17159	94822	11877
Outros serviços intensivos em conhecimento	211204	397229	8009
Serviços totais intensivos em conhecimento	391878	1086481	38177

Procedendo à ordenação destes subgrupos pela relação entre a percentagem de cada subgrupo no valor acrescentado total, e pela percentagem de cada grupo no pessoal ao serviço, no total dos sectores de serviços intensivos em conhecimento, obteve-se a tabela 2.

Tabela 2 - Diferenciação dos subgrupos em termos de valor acrescentado e pessoal ao serviço

Subgrupos dos sectores intensivos em conhecimento	Valor acrescentado (% no total)	Pessoal ao serviço (% no total)
Serviços de mercado intensivos em conhecimento	27,7%	41,7%
Outros serviços intensivos em conhecimento	20,9	37,1
Serviços de alta tecnologia com uso intensivo de conhecimento	20,7	12,8%
Serviços financeiros intensivos em conhecimento	30%	8,7%

Tabela 3 - Avaliação da importância dos serviços intensivos em conhecimento no total do sector dos serviços

Sector de Serviços	% do Valor Acrescentado (Total do Sector dos Serviços)	% do Pessoal ao Serviço (Total do Sector dos Serviços)
Serviços Intensivos em Conhecimento	64,8%	41%

O grupo dos serviços intensivos em conhecimento já representa cerca de 65% do valor acrescentado do Sector dos Serviços, embora represente 41% do Emprego, o que revela um diferencial positivo de produtividade significativo deste grupo.

Em seguida optou-se por elaborar uma análise mais detalhada dos serviços intensivos em conhecimento, separando-o em subgrupos.

Tabela 4, 5, 6 e 7 - Desagregação dos subgrupos dos serviços intensivos em conhecimento

	Número de empresas	Pessoal ao serviço	VAB (milhões €)
Serviços de mercado intensivos em conhecimento	138962	454423	10356
Transporte de água	362	2130	103
Transporte aéreo	106	11766	266
Actividades jurídicas e contabilísticas	54415	90722	2181
Actividades das sedes, Actividades de consultoria e gestão	27508	80137	2629
Actividades de arquitectura e engenharia: testes e análises técnicas	29078	63181	1627
Publicidade e pesquisa de mercado	5821	16085	479
Outras actividades profissionais, científicas e técnicas	20204	33187	669
Actividades de emprego	792	111104	1586
Actividades de segurança e investigação	676	46112	815

	Número de empresas	Pessoal ao serviço	VAB (milhões €)
Outros serviços intensivos em conhecimento	211204	397229	8009
Actividades de publicação	1892	13546	606
Actividades veterinárias	2643	7489	171
Educação	58588	100900	1406
Actividades de saúde humana	103939	181324	4114
Actividades de cuidados essenciais	2594	19994	284
Actividades de assistência social sem alojamento	2940	9782	122
Actividades criativas, artísticas e de entretenimento	24547	27230	291
Bibliotecas, arquivos, museus e outras actividades culturais	317	2627	70
Actividades de jogos de azar e apostas	390	3988	248
Actividades desportivas e actividades de diversão e recreação	13364	30349	698

	Número de empresas	Pessoal ao serviço	VAB (milhões €)
Serviços financeiros intensivos em conhecimento	17159	94822	11877
Actividades de serviços financeiros, excepto seguros e fundos de pensões	3274	57928	8473
Seguros, resseguros e fundos de pensões, excepto segurança social	318	11299	2479
Actividades auxiliares de serviços financeiros e actividades de seguros	13567	25596	926

	Número de empresas	Pessoal ao serviço	VAB (milhões €)
Serviços de alta tecnologia com uso intensivo de conhecimento	24563	140007	7935
Actividades de produção cinematográfica, de vídeo e de programa de televisão	3916	7946	251
Actividades de programação e transmissão	391	3712	359
Telecomunicações	869	14435	2548
Programação de computadores, consultoria e actividades relacionadas	16001	93637	4080
Actividades de serviços de informação	1525	12810	491
Pesquisa e desenvolvimento científico	1851	7467	206

Síntese

Os serviços intensivos em conhecimento contribuem maioritariamente para o valor acrescentado do sector dos Serviços no seu conjunto (64,8%) e apenas em cerca de 40% para o pessoal ao serviço no conjunto do sector de serviços.

Tendo em conta esta segunda desagregação, destacam-se os dois subgrupos com maior contributo para o valor acrescentado quando comparado com o contributo para o pessoal ao serviço: **os serviços financeiros e os serviços de alta tecnologia com uso intensivo de conhecimento**.

As empresas de serviços intensivos em conhecimento começaram por se desenvolver para responder a necessidades do mercado interno, e algumas tornaram-se exportadoras. Em alguns foram empresas multinacionais que escolheram localizar em Portugal o fornecimento desses serviços à filial e aos seus clientes.

Tabela 8 - Economia portuguesa: os sectores industriais de acordo com a intensidade tecnológica

Sectores	Valor acrescentado (milhões de €)	Pessoal ao serviço
Indústria transformadora	25275	728066
Serviços	58837	2149625

Tabela 9 - desagregação da indústria de alta tecnologia

	Número de empresas	Pessoal ao serviço	Valor acrescentado (milhões de €)
Fabricação	67298	728066	25275,13
Alta e média fabricação de alta tecnologia	5512	134564	5927,24
Média fabricação de alta tecnologia	4942	111235	4777,42
Fabricação de alta tecnologia	570	23329	1149,83
Baixa e média fabricação de baixa tecnologia	61786	593502	19347,89
Média fabricação de baixa tecnologia	21786	209268	8492,85
Fabricação de baixa tecnologia	40000	384234	10855,03

Tabela 10 - desagregação por subsectores da indústria, em termos de valor acrescentado e de pessoal ao serviço

Subsectores da indústria	Número de empresas	Valor acrescentado (milhões de €)	Pessoal ao serviço
Indústrias de média e alta tecnologia	5512	5927,2	134654
Indústrias de baixa e média tecnologia	61786	19347,9	593502
Indústrias de baixa tecnologia	40000	10855	384234
Total	67298	25275,1	728066

Observando os dados da tabela acima, observa-se que o subsector de baixa e média tecnologia gera dois terços do valor acrescentado e do pessoal ao serviço, enquanto o subsector das indústrias de baixa tecnologia representa 41,2% do valor acrescentado na Indústria transformadora e 81,6% do pessoal ao serviço. Já o subsector das indústrias de média e alta tecnologia representa apenas 23,5% do valor acrescentado na indústria transformadora e 18,4% do pessoal ao serviço.

Tabelas 11 e 12- desagregação da indústria por subsectores

Indústria transformadora	Número de empresas	Pessoal ao serviço	VAB (milhões €)
Indústria de alta tecnologia	570	23329	1149,8
Fabrico de produtos fármacos básicos e preparações farmacêuticas	215	9352	651,3
Fabrico de produtos de informática, eletrónicos e ópticos	314	12106	453,1
Fabrico de aeronaves e naves espaciais e máquinas relacionadas	41	1851	45,5
Indústria de média e alta tecnologia	4942	111235	4777,4
Fabrico de produtos químicos	896	14208	1196,6
Fabrico de armas e munições	7	507	15,1
Fabrico de equipamentos eléctricos	564	19320	713,9
Fabrico de máquinas e equipamentos, n.e.	1495	26624	957,0
Fabrico de veículos automóveis, reboques e semireboques	695	42399	1577,2
Fabrico de outro equipamento de transporte	80	3155	143,7
Fabrico de instrumentos e suprimentos médicos e odontológicos	1205	6022	163,9

Indústria transformadora	Número de empresas	Pessoal ao serviço	VAB (milhões €)
Indústria de média e baixa tecnologia	21786	209268	8492,9
Indústria e média gravada	37	68	1,1
Fabrico de coque e produtos petrolíferos refinados	20	1923	605,1
Fabrico de produtos de borracha e plástico	1100	31405	1634,3
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	3683	44874	1609,6
Fabrico de metais básicos	302	9144	811,7
Fabrico de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos, fabrico de armas e munições	11983	94895	2875,9
Construção de navios e barcos	145	2039	68,9
Reparação e instalação de máquinas e equipamentos	4516	24921	885,3
Indústria de baixa tecnologia	40000	384233	10855,2
Fabrico de produtos alimentares	9184	92240	2495,9
Fabrico de bebidas	1980	17377	960,6
Fabrico de produtos de tabaco	6	640	491,9
Fabrico de têxteis	3527	45695	1242,2
Fabrico de vestuário	8308	81244	1376,7
Fabrico de couro e produtos relacionados	2760	45202	841,8
Fabrico de madeira e produtos de madeira e cortiça, excepto mobiliário; fabrico de artigos de palha	4892	29865	905,6
Fabrico de papel e produtos de papel	563	13706	1218,5
Impressão e reprodução de mídia gravada,	2260	13434	380,4
Fabrico de móveis	4417	34962	718
Outras indústrias - fabrico de instrumentos e suprimentos médicos e odontológicos	2103	9868	223,6

Actualmente as exportações em Portugal são maioritariamente constituídas por bens produzidos pela indústria transformadora, que se integram no grupo de sectores da indústria de baixa tecnologia (que representam 40.000 empresas e 10855,2 milhões de euros de valor acrescentado bruto), e de média e baixa tecnologia (que representam 21.786 empresas e 8492,9 milhões de euros de valor acrescentado bruto).

De entre as actividades que constituem a indústria de baixa tecnologia, destacam-se as exportações de produtos alimentares, bebidas, têxteis, vestuário, couro e produtos relacionados, Madeira e produtos de madeira e cortiça, e de mobiliário.

Nas actividades que constituem a indústria de média e baixa tecnologia, salientam-se as exportações de produtos metálicos, armas e munições, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (que inclui a mecânica de precisão, como os moldes para plástico), outros produtos minerais não metálicos e produtos de borracha e plástico.

O futuro - uma visão de conjunto

Retomar o crescimento por parte da economia portuguesa significa multiplicar de forma acelerada o valor acrescentado na economia, que pode ser atingido privilegiando o investimento em actividades geradoras potenciais de maior valor acrescentado.

Entre elas destacam-se os serviços Intensivos em conhecimento e as indústrias de média e alta tecnologia, que, como foi demonstrado nas tabelas, podem contribuir para alcançar esse designio. ●





Nova Dinâmica

Para um crescimento sustentável

BOLETIM N.º #22 ABRIL 2025

Ficha Técnica:

Textos produzidos com a colaboração de:

Ana Vieira
Armando Silva
Helena Leal
Hugo Oliveira
Isabel Francisco
José António Cortez
José Félix Ribeiro
Mariana Pereira
Sérgio Lorga

A informação utilizada reporta a 11 de Abril 2025.

Comentários e sugestões para:

ccp@ccp.pt



Cofinanciado por:

